

ARTERIA

P SANTA CASA
Misericórdia de Lisboa

LISBOA CONTADA POR QUEM A TEM NO CORAÇÃO NOVEMBRO/DEZEMBRO 2022 NÚMERO 3



**HÁ VIDA
SUSTENTÁVEL
EM LISBOA**

P4/5

SUMÁRIO

3 A DIFERENÇA QUE ELES FAZEM
SANDRA LUTA TODOS OS DIAS PARA
“PUXAR PARA CIMA” O SEU BAIRRO

4 O CONSUMO RESPONSÁVEL
GANHA TERRENO EM LISBOA PELA
MÃO DAS COMUNIDADES

6 UM CAFÉ ADOÇADO
COM MEMÓRIAS

8 O LUGAR DOS MORTOS
TAMBÉM TEM VIDA

10 O FACTO É QUE HÁ
POESIA EM LISBOA

13 AS ESCADAS DO
METROPOLITANO

14 PRAZER! OLIVAIS...
E A MENINA CHAMA-SE?...

16 A LUZ
DE LISBOA

20 O ELÉCTRICO
VINTE E OITO

24 ENTREVISTA “TODA A GENTE, QUANDO
CHAMADA A PARTICIPAR SOBRE
O QUE LHE INTERESSA, TEM
INTERVENÇÃO VÁLIDA”

30 AULAS DE ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS
CRIAM COMUNIDADE NA ALTA DE LISBOA

ABRANDAR É GANHAR

SAMUEL ALEMÃO EDITORIAL

Nos primeiros meses da crise pandémica, quando estávamos todos fechados em casa e a desorientação era a norma, compreensível por se viver um acontecimento chocante e inédito, sem termo de comparação para todas as pessoas nascidas nesta época, ouvia-se com frequência uma ideia.

Não, não era aquela do “vai ficar tudo bem”. Mas o princípio implícito coincidia na moral e, muitas vezes, era verberado com candura pelos mesmos. Os mais crédulos asseveravam-nos então que - dada a magnitude dos acontecimentos - nada voltaria a ser como dantes. Para melhor, claro.

Ora, não é preciso ser um pessimista inveterado ou alguém “sempre do contra” para pressagiar a puerilidade de tal asserção. A espécie humana tem as suas virtudes e os seus defeitos, sabemos-lo bem, e a luta permanente entre a luz e a sombra vem do início dos tempos. Com todos os tons de cinzento entre ambas a ocuparem-nos a vastidão dos dias.

É dessa tensão contínua que, desde sempre, se forjam ideias, em forma de ideologias, filosofias, religiões ou meros quadros comportamentais. E ela ganhou uma nova dinâmica após o início da industrialização, primeiro no Ocidente, mas gradualmente em todo o mundo. A revolução digital em curso nas últimas décadas veio acelerar tudo ainda mais.

De *smartphone* em punho, mergulhados num gigantesco oceano de dados onde se tende gradualmente a ter mais dificuldade em discernir uma hierarquia - tantas vezes forjada pelas redes sociais -, deixamo-nos paulatinamente guiar por algoritmos desenhados pelas empresas tecnológicas. Sem surpresa, vemos que o objectivo primordial delas é fazer lucro. O que conseguem disputando a economia da atenção, mas também incutindo o desejo desenfreado de consumos. Não só de produtos e serviços, mas também de horas infundadas de “conteúdos” em *streaming*, “partilhar” e colocar “like” e “dislike”. A tendência tem-se vindo a adensar nos últimos anos. E assumiu outra dimensão com a pandemia e o desconfinamento que se lhe seguiu.

A espaços, desviam-se os olhos do ecrã e repara-se que há um planeta a padecer de uma gravíssima crise climática, resultante de uma crescente delapidação de recursos. E que aparenta estar a entrar numa fase de não retorno. Bem, na verdade...é esse mesmo ecrã que nos informa sobre isso. Não sabemos bem o que fazer, toldados por uma frustrante impotência. Sempre a grande velocidade.

Podemos talvez começar por uma coisa simples: abrandar. Para respirar primeiro e pensar depois. E, acto contínuo, perceber que há alternativas. Como se lê na reportagem que faz a capa deste número do Artéria, onde se dá conta de novas formas de consumo ético e desaceleração em Lisboa. Haja criatividade e solidariedade.

Se preza esses valores e também quer ajudar a contar o que de bom vai sendo feito na cidade e merece ser conhecido, escreva-nos para arteria@publico.pt.

ELES TÊM LISBOA NO CORAÇÃO

Nesta edição do Artéria, participaram:



DUALGO

Salta de esboço em esboço, criando formas além-letras. Risca rabiscos, rabisca gravuras, grava gatafunhos, gatafunha pinturas, pinta animações, dá ânimo a ilustrações e traça ilustres riscos. É camarada íntimo de Duarte Gil Ferreira.



INÊS ALEGRIA

Licenciada em Jornalismo, tem uma enorme paixão por livros. Nos tempos livres adora explorar Lisboa sozinha ou sair com amigos. Para além disso, gosta de fotografia, filmes, trabalhos manuais, moda e cozinha vegan.



CARLOS REIS

Gostava de ser escritor. E fotógrafo. E músico. E tudo. Não tendo conseguido uma pós-graduação, nem sequer graduação em coisa alguma, gatafunha o que gostaria de escrever e toma nota do que gostaria de fotografar.

Vítor Oliveira Jorge Nascido em Lisboa, onde viveu até aos 24 anos. Antigo professor da Faculdade de Letras do Porto, fez e faz uma quantidade de coisas, arqueologia, poesia, fotografia, atividade associativa, o melhor que pode e sabe. **Beatriz Valente** 21 anos, vai a concertos de bandas que não conhece e quer ser paga para escrever o resto da vida. **Joana Oliveira** 22 anos, sonha com a área de comunicação externa e em puder pisar o palco das Ted Talks. **Carolina Valadão** 22 anos, só quer conseguir viver a vida tranquilamente e ter uma caravana. **Sofia Craveiro** Jornalista nascida em Unhais da Serra (Covilhã), divide-se entre as origens e a capital, que continua a descobrir. **Pierre François Docquir** Trabalha para uma ONG de defesa da liberdade de expressão. Fotógrafo autodidacta, gosta de se deixar guiar pela curiosidade e pela sorte. **Francisco Mouta Rúbio** É escritor-amador nascido em Lisboa. Escreveu para o P3 do Público, Gerador, Revista Palavrar, Ruído Manifesto, entres outros. **Verónica Guiomar** Durante três décadas foi administrativa e vive em São João da Talha.

ARTÉRIA

Um projecto de jornalismo comunitário dedicado ao quotidiano da cidade de Lisboa, produzido pelo PÚBLICO com o apoio da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

David Pontes Director-adjunto; Samuel Alemão Coordenador editorial; Sónia Matos Directora de arte

arteria.publico.pt arteria@publico.pt



A DIFERENÇA QUE ELES FAZEM

SANDRA

LUTA TODOS OS DIAS PARA “PUXAR PARA CIMA” O SEU BAIRRO

SAMUEL ALEMÃO TEXTO

O aviso vem pronto. “Sou a antítese do que se espera de uma mulher da minha idade, neste bairro”. Sem perder tempo, e mal se senta à mesa com o Artéria, numa das salas da sede da Associação AB2M - Amigos do Bairro Alto da Ajuda, nos rés-do-chão de um modesto prédio habitacional, Sandra Alves faz um de ponto de ordem. A presidente da instituição que mais tem lutado para dignificar a vida no Bairro 2 de Maio não é mulher de se deixar acomodar. Nem no que a ela ou à sua família diz respeito, nem à comunidade que a viu crescer. Mas tal não lhe tira a clarividência de intuir noutros a surpresa pela singularidade do percurso no contexto de um aglomerado populacional marcado pelo estigma social.

Gestora de recursos humanos e financeiros numa sociedade de advogados, percebe-se que, do alto dos seus 47 anos, denota orgulho em não se ter deixado aprisionar por qualquer determinismo social. Mesmo que os primeiros anos da sua vida se assemelhassem a um guião tantas vezes por ali encenado. Iniciou aos 15 anos a união de facto com o companheiro de quem viria a ter dois filhos, o primeiro dos quais aos 17. E não o fez devido às “lutas internas” que a desassossegaram desde cedo. “Nunca deixei de estudar. A minha motivação sempre foi aprender. Leio, pesquiso aquilo que não sei, tentei sempre evoluir”, conta, numa espécie de enunciado a justificar que tenha feito “parte do primeiro grupo do programa Novas Oportunidades a concluir o 12.º ano de escolaridade”. Depois, veio a licenciatura em gestão, através da Universidade Aberta.

Esse impulso de transformação individual nunca o deixou também de querer aplicar ao Bairro 2 de Maio, onde chegou em Fevereiro de 1975, com alguns meses de vida, após os pais para ali se terem mudado - no auge dos fulgores do PREC (Processo Revolucionário em Curso) -, vindos da zona da Graça. Alguém tinha de fazer alguma coisa, pois os poderes públicos, durante décadas, conviveram bem com o opróbrio a que a zona parecia estar sentenciada. “Este bairro sempre esteve

A viver desde sempre no Bairro 2 de Maio, na Ajuda, a gestora de recursos humanos e financeiros de uma sociedade de advogados orgulha-se da sua comunidade. Mais que isso, Sandra Alves decidiu que tinha de fazer qualquer coisa para quebrar um contínuo de estigmatização. Juntamente com outras pessoas, fundou uma associação que muito tem feito pelo bairro

abandonado à sua sorte. Ninguém queria saber disto”, diz. A generalizada falta de qualidade urbana e a carência de infraestruturas andavam de par em par com o novelo de carências sociais, económicas, culturais, bem como de insegurança e de má fama da área.

Em 2013, numa altura em que pouca coisa era feita pelo 2 de Maio - “havia um vazio” -, exceptuando o embrionário trabalho comunitário dos estudantes da vizinha Faculdade de Arquitectura - determinante no ímpeto regenerativo do bairro e que resultaria na fundação da associação Locals Approach -, Sandra decide envolver-se no processo de mudança. Começou a participar, “como cidadã interessada”, nas actividades do programa municipal BIP/ZIP (Bairros e Zonas de Intervenção Prioritária). “Quería manter o *low profile*”, assegura. Até que houve um momento, em 2016, em que tudo mudou. E ela passou a assumir um maior protagonismo, apoiando o trabalho, que já vinha sendo feito informalmente pela educadora Carina Faria, de apoio às crianças do bairro.

Estava numa reunião de trabalho com um cliente e não conseguiu esconder um peso na alma. Sabia que, por falta de dinheiro, duas dezenas de crianças do bairro não poderiam ir à praia, como era hábito no âmbito de um ATL de férias. “Desabei e comecei a chorar”, recorda. O cliente, ao saber da situação, ofereceu os 800 euros necessários. Mas, na verdade, o cenário era bem pior. Deram-se então conta que haviam ali miúdos que nunca tinham ido ao Terreiro do Paço ou para quem ir a Belém, mesmo ali em baixo, era algo extraordinário. “O mais inacreditável é que isso acontecia, há 30 anos, comigo e as minhas amigas, numa altura em que já não devia acontecer. Naquele momento, disse ‘Não posso aceitar. Isto não pode voltar a acontecer’”, diz. Poucos meses depois, em Abril de 2017, nascia a associação a que preside - fundada juntamente com Carina Faria, 37 anos, e Adriana Alves (30), a sua filha, que têm desempenhado um papel fulcral.

Hoje, a Associação AB2M - Amigos do Bairro Alto da Ajuda tem um trabalho amplamente reconhecido pela comunidade e envolve mais de meia-centena de pessoas, centrando-se em actividades para crianças e jovens, mas também para adultos, sobretudo séniores - actualmente, são uma dezena. Mas os mais pequenos são mesmo a sua razão de ser. Apoio escolar, desporto, expressão artística e corporal, bem como coisas tão elementares quanto ensinar a respeitar os outros e os espaços e equipamentos coletivos fazem parte do programa. Tudo financiado por apoios públicos eventuais e donativos. O objectivo é claro. Que a zona seja mais uma área de Lisboa, como tantas outras. Sem estigmas. “Quero muito que o Bairro 2 de Maio seja como o Bairro Azul”.

Contrariar o consumismo, desacelerar o quotidiano e aprender a desfrutar do tempo. Na capital, nascem hortas comunitárias, cooperativas de consumo e ações locais que procuram sensibilizar para a importância de preservar o ambiente. Atuando em diferentes áreas, os projetos têm em comum a vontade de promover a sustentabilidade e contrariar a cultura do descartável. Pelo meio, estreitam laços e criam novas comunidades

SOFIA CRAVEIRO TEXTO

CONSUMO RESPONSÁVEL GANHA TERRENO EM LISBOA PELA MÃO DAS COMUNIDADES



Ma horta do Alto da Eira, há de tudo um pouco: um pequeno bosque com 18 árvores, arbustos de frutos silvestres, um canto de plantas aromáticas, produtos hortícolas - como couve, cenouras, batata doce ou pimento - e outras coisas que estarão a brotar da terra desde o dia em que a visitámos. Também já houve milho e girassóis. Há algumas semanas, fez-se, de raiz, um forno comunitário artesanal. Em datas pontuais, já houve leitura de histórias, tai-chi e castanhas assadas.

O que não há nesta horta comunitária da Penha de França é espaço para o individualismo. Não existem áreas de cultivo divididas nem noções de posse. Tudo é de todos os que põem as mãos na terra. O local serve para cultivo e convívio. “É um projeto muito social, porque é um espaço onde as pessoas se encontram para cultivar e colher em conjunto e, por isso, acabam por se aproximar de outra forma”, diz Maria Freitas, responsável da Associação Regador, que deu vida a este projeto.

O coletivo nasceu para contrariar o ciclo de consumo desenfreado, abrandar o ritmo e “unir as pessoas”. Primeiro trabalharam em pequenos jardins espalhados pela capital. Há cerca de um ano, tiveram a oportunidade de criar esta horta comunitária, o seu projeto de maior dimensão e que foi tornado possível com o financiamento do programa municipal BIP/ZIP e o apoio logístico da Junta de Freguesia da Penha de França. Há cerca de 400 pessoas a colaborar de uma maneira ou de outra. A base de tudo é a vontade de abrandar a vida e o consumo, pensar numa “visão sustentável para o futuro” e, pelo meio, criar laços. “Sozinhos dificilmente vamos a algum lado”, diz Maria Freitas.

Horizontalidade, cooperação e sustentabilidade

A Associação Regador é apenas um exemplo das várias organizações que estão a promover o consumo responsável e sustentável na capital. De uma forma geral, querem mostrar que há muitas maneiras de contrariar o desperdício e proteger o ambiente. Atuando em diferentes áreas, acabam por ter como base a comunidade. Um exemplo paradigmático é a cooperativa Rizoma. A sede, localizada na Rua José Estevão, Arroios, é um espaço polivalente, onde, além do mercado “auto-gerido” e abastecido com produção local responsável, há bar, um terraço para eventos, espaço de co-working, armazém e escritório. Na sua génese, o projeto contava com cerca de 30 pessoas. Quando a cooperativa foi oficialmente fundada, em novembro de 2020, eram 40. Neste momento, a comunidade ronda as quatro centenas.

Filipe Ruão explica que, no seu caso, juntou-se ao projeto por “uma questão política”, já que não se identifica com um

A mudança de comportamentos tem sido acompanhada pelo brotar de projectos comunitários em diversas áreas



modelo de “sociedade vertical”, que diz ser “pouco democrática”. Atraiu-o a dinâmica horizontal da Rizoma. Integrou o coletivo numa fase precoce do seu desenvolvimento, mas nega qualquer papel de responsabilidade ou chefia. “Aqui todos são iguais”, frisa.

O projeto teve o apoio do programa Bairros Saudáveis e da Associação Renovar a Mouraria. Neste momento, o foco é a mercearia comunitária - onde apenas os membros podem adquirir produtos -, mas a ambição é ir além disso e conseguir diversificar a atividade, através das secções de “agricultura, comercialização, cultura, serviços e até habitação”, conforme descrito na página oficial. Por esse motivo, descrevem-se como uma “cooperativa multisectorial”, aberta à participação de todos.

“A nossa ambição [para o futuro] é criar estruturas legais para que as pessoas possam criar os seus próprios projetos numa alternativa ética à sociedade atual”, garante Filipe Ruão, afirmando que não existe qualquer tipo de hierarquia no seio da Rizoma. “A cooperativa não quer dizer como é que tu vais fazer as coisas. Quer dizer que, se aceites os pilares da democracia, da transparência, da ecologia, da sustentabilidade social, estás à vontade para entrar e discutir novos projetos horizontais”, explica. “A longo prazo, aquilo que nós queremos é uma sociedade mais ética”.

Nada se perde, tudo se transforma

A ideia de ética no consumo é algo que preocupa Rafael Calado há algum tempo. A prática de comprar e descartar para comprar novo incomodava-o, a ele e a um grupo de amigos. Em 2016, este grupo achou por bem deitar mãos à obra e juntar-se para reparar artigos, de forma a prolongar o seu tempo de vida. A iniciativa seria o primeiro esboço do Repair Café. “Começámos a ter tanta gente a vir ter connosco que tivemos de começar a pensar na gestão das pessoas, dos voluntários e das reparações. Começámos, de alguma maneira, a sistematizar isto”, explica Rafael Calado.

Assim, o grupo informal passou a coletivo, cuja popularidade crescia de mês para mês. A premissa é simples: uma torradeira que não funciona, um casaco que não fecha ou uma televisão com interferências podem ser arrançados, ao invés de descartados. Só é preciso paciência e algumas chaves de fendas. Ao ARTÉRIA, Rafael Calado explica que, muitas vezes, as reparações são simples e fáceis de fazer. “Mais de metade das vezes, [os aparelhos] não precisam de componentes. Ou houve um problema mecânico, de sujidade ou um curto-circuito qualquer”, explica. Apesar disso, quando é necessário substituir peças também sabem como e onde fazê-lo.

O engenho e a prática permitem-lhes evitar o descarte de electrodomésticos, que dizem ser construídos com esse intuito. “O desmontar tem muitos truques, porque eles fazem isto de maneira a não [ser possível]. Ou têm parafusos esquisitos, com cabeças que as pessoas normais não conseguem encontrar, ou têm uns encaixes de plástico que é preciso apertar em três pontos ao mesmo tempo... há “n” truques para não se conseguir arranjar”, diz o responsável que assegura que, nas lojas das marcas, “abrem aquilo em segundos”.

Muitas vezes, só é necessário aceitar que a funcionalidade

de um artigo não está ligada à sua aparência. “A nossa cultura passou a ser muito de imagem e qualquer arranhão, qualquer coisa [faz com que o objeto] já não valha nada”, afirma.

Apesar disso, admite que há cada vez mais pessoas a preocuparem-se com a economia circular. E vê isso no aumento de interessados no Repair Café. “Tentamos sempre ajudar e envolver o participante”, explica o fundador, sublinhando que o objetivo é ensinar cada pessoa a reparar de forma autónoma.

Visibilidade e consciencialização

À medida que o Repair Café ganhava adeptos, tornou-se necessário estruturar a organização. Como forma de lhe constituir “suporte legal”, o projeto foi incorporado na Circular Economy Portugal (CEP), uma associação que promove iniciativas de gestão de resíduos e economia circular. “O nosso caixote do lixo é um pouco o demonstrador físico de tudo que nós não estamos a fazer para trás”, diz Andreia Barbosa, membro desta organização.

Definindo-se como “uma rede de empresas e pessoas que promovem a economia circular em pequenas e grandes escalas”, a CEP trabalha sobretudo ao nível da divulgação, promoção e dinamização de projetos concretos desenvolvidos localmente. Também estabelecem parcerias e organizam ações de sensibilização.

“Acho que, no meio de conceitos que têm relevância e que nós queremos promover, importa depois olhar para o contexto em que eles estão a acontecer”, diz Andreia Barbosa, que critica o *greenwashing* feito pelas grandes empresas. “Às vezes, há essa perversidade de todas estas boas ideias, supostamente ecológicas, poderem não estar a resolver problema nenhum e serem só uma nova via de consumo que se soma às existentes”, acrescenta. A principal intenção é, por isso, “dar visibilidade” ao conceito de economia circular e incentivar a sua prática.

Uma intenção que, aliás, é partilhada pela Margens Simples, associação que serviu de berço ao projeto “Germinar um Banco de Sementes”. No âmbito deste projeto de educação ambiental, a associação tenta que as escolas estabeleçam uma relação com a comunidade local, tendo as sementes como pretexto. Ao ensinar as crianças a importância da premissa de “circularidade de sementes”, vão sendo abordados temas mais transversais como “agro-sistemas, alterações climáticas, pensamento sistémico, entre outros”, conforme explica Joana Peres, membro da associação.

“A conservação e propagação de sementes é uma prática milenar de soberania alimentar e um direito fundamental de agricultores e comunidades, que se tem vindo a perder, predominantemente em países desenvolvidos, mas que é fundamental para o equilíbrio dos ecossistemas”, explica a responsável.

Os alunos da Escola Josefa de Óbidos - uma das cinco que acolheram o projeto - vão percebendo isso mesmo, à medida que António Alexandre lhes entrega pequenos copos biodegradáveis com sementes, durante a aula da manhã. As crianças mergulham os dedos na terra e questionam como a vão regar, enquanto vão repetindo as preocupações que já conhecem. “As pessoas pensam que isto é apenas sobre plantas, mas na verdade é sobre comunidade”, explica o formador enquanto conduz os petizes à horta exterior onde as plantas vão depois ser colocadas. A ideia de unir comunidades, escolas e sementes surgiu de um misto entre “a notória falta de consciência para o tema, a sentida necessidade de fazer algo e de chegar aos grandes interlocutores de mudança”, que é como quem diz, as novas gerações. “Desta vontade, criou-se tudo o resto”, diz Joana Peres.

Apesar do sucesso e do reconhecimento que tem conquistado - foi selecionado pela Comissão Europeia como projeto inovador em educação ambiental -, a responsável diz que “ainda está tudo no início”, já que há mais jovens com quem pretendem trabalhar. Acima de tudo, querem impulsionar a consciencialização, sublinhando o papel das pessoas. “As nossas sementes não querem ser guardadas, querem ser multiplicadas, preferencialmente todos os anos”, asseguram.



UM CAFÉ ADOÇADO COM MEMÓRIAS

INÊS ALEGRIA FERREIRA TEXTO E FOTOGRAFIA

Um restaurante situado num grande centro comercial de Lisboa pode parecer lugar improvável para a realização de uma ação de cariz social. Mas esse é, precisamente, um dos pontos de encontro do Café Memória. Um projeto solidário destinado a ajudar pessoas com problemas de memória ou demência, bem como os respetivos familiares, amigos e cuidadores. Uma iniciativa baseada na participação de voluntários, dando assim uma resposta comunitária a um dos maiores problemas de saúde atuais. A chave é o poder da palavra e da empatia



É

o primeiro dia do mês, 9h da manhã de sábado. As ruas estão calmas e já se sente uma brisa fresca. Quem está habituado a vir fazer compras ao Centro Comercial Colombo estranha rapidamente o ambiente calmo e silencioso desta manhã, pois as lojas só abrem às 10 ou 11 horas. O local de encontro é o Restaurante Portugália. À entrada, está o cartaz do Café Memória, sinal de que estamos no sítio certo.

O Café Memória é um local de encontro destinado a pessoas com problemas de memória ou demência, bem como aos respetivos familiares, amigos e cuidadores. Demência é um termo genérico utilizado para designar um conjunto de doenças nas quais existe deterioração do desempenho cognitivo e comportamental, condicionando a autonomia.

Inicialmente, o projeto era um conceito internacional, tendo sido mais tarde adaptado a Portugal - resultado de uma iniciativa de duas entidades promotoras, a Associação Alzheimer Portugal e a empresa Sonae Sierra, e de um conjunto alargado de parceiros. Agora são cerca de 23 Cafés Memória espalhados pelo país, sendo o de Portimão o último a ser inaugurado. A nível nacional e local, existem cerca de 70 parceiros e, ao todo, já foram feitas mais de mil sessões presenciais, 100 online e cerca de 700 voluntários já se juntaram ao projeto.

Ao entrar no restaurante, cada pessoa é calorosamente recebida por uma das coordenadoras. As reuniões são sempre orientadas por dois técnicos, que podem ser psicólogos, enfermeiros ou assistente sociais. Isabel Sousa (48 anos) e Catarina Alvarez (49 anos) fazem parte da equipa técnica que dinamiza as sessões do Café Memória Lisboa-Colombo, são psicólogas clínicas e são ainda coordenadoras da Rede Café Memória a nível nacional.

Encaminham-nos para uma mesa. Em cada mesa, existe um



voluntário cuja responsabilidade é acolher os novos membros com uma folha de inscrição. Em pouco tempo, o restaurante, inicialmente vazio, começa a ficar movimentado. “Hoje, temos casa cheia”, diz Liliana, a voluntária da minha mesa.

“O voluntariado é um pilar essencial”, afirma Catarina. Todos os que fazem parte do Café Memória são previamente capacitados com formação. “Estamos a falar de pessoas em situações vulneráveis, daí termos muito cuidado em escolher quem se junta a nós. Tem de ter um determinado perfil e algumas ferramentas”, continua Catarina.

Quase a fazer 10 anos, esta iniciativa, que surgiu em abril de 2013, tem como principal objetivo não só sensibilizar a comunidade para a relevância das demências, diminuindo o estigma, como reduzir o isolamento social das pessoas afetadas pela doença.

Um grupo de amigos

Em cima de mesa, estão garrafas de água à disposição de cada um. Para além disso, a meio da reunião, que dura duas horas, dá-se uma pausa em que todos se podem servir de café, chá e sumo, bem como de bolo e de uvas.

Na primeira parte da reunião, jogamos um jogo de forma a todos ficarem a conhecer-se. Na minha mesa, está o José, que sofre de demência, a Leopoldina, esposa do Sr. José, e a Zaira, uma das fundadoras do projeto.

A boa disposição na sala é imediata. Apesar de se darem conversas entre aqueles que já se conhecem, rapidamente os novos membros também se juntam, como é o caso de Leopoldina e José. O objetivo do jogo é, a partir de uma lista de adjetivos, atribuirmo-nos uma característica. José, que nasceu no concelho do Sardoal e foi antigo combatente, diz ser

paciente e aventureiro. Já Leopoldina confessa ser birrenta.

Segue-se um intervalo. Catarina explica que a pausa para café é muito importante “porque é aí que as pessoas partilham as suas dificuldades e estratégias”. A conversa é abundante e, numa questão de segundos, parecemos todos um grupo de velhos amigos que, enquanto tomam o lanche, falam das suas vidas.

José lança muitas piadas. Por exemplo, quando a psicóloga Isabel se perde a meio do seu discurso, José responde “também tem direito”, o que faz soltar uma risada geral. Leopoldina diz que, “já antes de estar doente, José era brincalhão, mas agora as pessoas que nunca o conheceram ficam na dúvida se ele está a brincar ou se é tolinho”.

Na segunda parte da reunião, é distribuído um livro gratuito que serve de manual auxiliar para os cuidadores informais. Depois da partilha de várias dicas presentes no livro e feitas algumas perguntas, é distribuído o questionário de satisfação. Isabel termina o seu discurso exclamando ao microfone: “Se esta foi a vossa primeira vez, voltem!”

Uma peça do puzzle

As sessões são extremamente informais, como facilmente se percebe, e pretendem ser um complemento à resposta técnica. “É necessária uma panóplia de soluções e respostas. Isto é uma peça do **puzzle**”, diz Catarina. Fomentando o convívio e tirando as pessoas de casa, o projeto pretende acabar com o isolamento, ao mesmo tempo que contribui para reduzir o estigma e aumentar a literacia relativamente à demência.

“Se não temos pessoas com demência na sala, isto não é um Café Memória. Pode ser um grupo de suporte para cuidadores, mas não é um Café Memória”, diz Catarina. “O que



A psicóloga Catarina Alvarez faz parte da equipa técnica que dinamiza as sessões do Café Memória Lisboa-Colombo

gostávamos era de ter mais oportunidades de falar com as famílias no seu conjunto”.

No Colombo, o encontro realiza-se no primeiro sábado de cada mês. No entanto, todos os sábados esta iniciativa decorre noutra local do país, com um tema sempre diferente da semana anterior. Para além disso, as sessões online mantêm-se e realizam-se de 15 em 15 dias.

Reuniões a partir de casa

São 10h30m, hora perfeita para quem ainda quer estar confortavelmente na cama e, de seguida, tomar um duche e aconchegar o estômago com um pequeno-almoço. À hora agendada, há uma comunidade que se coloca em frente aos ecrãs, sendo que para esta reunião basta ter um aparelho eletrónico com acesso à internet. O **link** está disponível para todos, logo na página principal do **website** da associação: www.cafememoria.pt. Basta clicar e somos direcionados para a plataforma Zoom.

Apesar do atraso, antes das 11h da manhã, já estamos todos juntos a ouvir a representante da Alzheimer Portugal. Começamos com 25 participantes nesta reunião de Zoom. Grupo “pequenininho”, mas que vai crescendo ao longo do evento. A participação é gratuita e sem marcação prévia.

Hoje, o tema da reunião é a condução. As convidadas fazem parte da Santa Casa da Misericórdia de Riba D’Ave e questionam como é que os participantes se sentem no ato de conduzir.

Durante a sessão, é sempre encorajada a partilha de comentários no bate-papo, que acaba por ficar repleto com a “voz” de todos. Uns revelam que usam de bom grado os transportes públicos, outros que são conduzidos de carro por outrem. No entanto, muitos são aqueles que confessam não conseguir ainda prescindir de conduzir, quer por não existirem transportes públicos de qualidade no local em que vivem quer simplesmente por não os saberem utilizar. Conduzir é, para a maioria, sinónimo de liberdade, autonomia, controlo das atividades do dia a dia e de participação comunitária.

Uma das participantes confessa já não ter os mesmos reflexos: “Há uma insegurança porque, de certa forma, não somos os mesmos”. Continua dizendo que não sabe andar de transportes públicos: “Foi uma vida toda muito independente. Este mês, comprei um passe numa tentativa de alterar aquilo que é preciso alterar. No entanto, estamos no dia 17 e ainda não andei de transportes.”

Determinar o quando deixamos de ser capazes é o mais importante. Estas reuniões são, por isso, apoiadas com tabelas e questões, a que todos podem responder no seu dia a dia e que ajudam a perceber se o indivíduo está ou não preparado para conduzir. A partir daí, as oradoras dão vários conselhos, como, por exemplo: diminuir a velocidade, conduzir apenas de dia, não conduzir na autoestrada e andar por locais mais perto de casa.



O VOLUNTARIADO É UM PILAR ESSENCIAL CATERINA ALVAREZ

Na entrada do Cemitério dos Prazeres, não há folhas no chão. Do lado direito o posto de segurança, do lado esquerdo a sala de espera. Em frente, um corredor largo encimado pela capela do cemitério. Quem cuida de quem já partiu? Quem carrega as urnas e encara a morte todos os dias?

O LUGAR DOS MORTOS TAMBÉM TEM VIDA

**AURORA RAPOSO, JOANA
MARGARIDA FIALHO E LAURA COSTA**
TEXTO E FOTOGRAFIA



João Ribeiro da Fonseca é o encarregado do cemitério. Trabalha nos Prazeres há 46 anos. “Tenho 65 anos e escolhi esta profissão depois do 25 de Abril, porque estava desempregado”, explica. Começou como coveiro e, passados 14 anos, concorreu para o cargo de encarregado operacional.

Mas a história de João com os cemitérios começa muito antes da Revolução dos Cravos. Conta que, “desde gaiato, ia sempre ao cemitério.” Tanto a avó, como a mãe trabalharam no Cemitério do Alto de São João. A avó era empregada da limpeza e tratava da lavagem dos ossos. “Eu nasci no cemitério, já conhecia todos os velhotes que lá trabalhavam, mas é engraçado que, quando fui para lá, nenhum deles me ajudou”, relembra João.

Hoje é responsável pelo trabalho e pela segurança dos sete coveiros do Cemitério dos Prazeres. De manhã, há um briefing comandado por João. É preciso perceber o que há para fazer. Abrir sepulturas, fazer funerais, varrer ruas, aparar canteiros. Todas estas são tarefas dos coveiros. Os 12 hectares que compõem o cemitério estão divididos em sete áreas. Cada coveiro é responsável por uma e, caso não haja funerais, é com a limpeza das áreas que se ocupam.

Situado no Bairro de Campo de Ourique, o Cemitério dos Prazeres foi construído em 1833 e é o segundo maior da capital. Ali juntam-se cerca de três mil sepulturas e sete mil jazigos. Este ano, a Câmara de Lisboa colocou 30 jazigos à venda em hasta pública. Depois de vendidos, estas pequenas edificações precisam de ser limpas, retirando-se os restos mortais para a cremação. É nesta altura que João e a sua equipa entram em cena. “O nosso trabalho aqui é, sobretudo, só jazigos e requer muita paciência, muita atenção”, explica o encarregado do cemitério. Há jazigos com mais de duas décadas, muito pequenos e com prateleiras podres. A retirada dos caixões é um trabalho perigoso, mas João garante que todos os coveiros são treinados para colocarem as pernas e os braços nos sítios certos e, caso não haja segurança, “nada feito.”

Licínio Fidalgo, coordenador do Cemitério dos Prazeres, explica que nos novos caixões a urna já é de zinco, mas os de chumbo podem pesar entre 300 e 400 quilos. Nos jazigos com dimensões muito pequenas, é difícil retirar e colocar urnas. Já nos de grandes dimensões, é necessário montar andaimes para que os coveiros possam fazer a deslocação dos caixões às costas. “De vez em quando, lá vai um dedo entalado, porque, mesmo com a experiência, há nódoas negras que ficam”, conta o coordenador. Hoje em dia, já existem máquinas que ajudam os coveiros, mas para Licínio estas nunca vão substituir a mão humana, já que em muitos casos “a máquina tem que ser o homem com a sua enxada.” Sem a mão humana, não há funeral.

O Caderno Reivindicativo dos Trabalhadores dos Cemitérios Câmara Municipal de Lisboa (CML), publicado em julho 2022, destaca a deterioração das condições de trabalho dos coveiros por “ausência do investimento necessário e adequado”, verificando-se “um retrocesso dificilmente aceitável numa sociedade moderna.” Para João da Fonseca, o mais difícil é a mudança das urnas para jazigos subterrâneos. No Cemitério dos Prazeres encontra-se o jazigo do Duque de Palmela, o maior da Europa, com capacidade para 200 urnas, construído em 1849. A segunda maior construção é o jazigo do Valle de Flor, com 64 lugares. Ambos dispõem de um piso subterrâneo. João garante que este último “é muito complicado, porque tem uma escada muito inclinada e têm de se colocar pranchas” para descer os caixões.

Carlos Silva tem 47 anos. Estudou artes gráficas e trabalhou na área até ao início da pandemia. Ficou no desemprego até que alguém lhe disse: “Vai para coveiro.” Está no Cemitério dos Prazeres há quatro meses. O nome técnico para aquilo que faz é assistente operacional. No final do mês, recebe o salário mínimo. “Cada vez há menos coveiros, porque não é uma profissão aliciante e o vencimento também não cativa”, declara Licínio Fidalgo. O Caderno Reivindicativo dos Trabalhadores dos Cemitérios da CML dá conta de que no Mapa de Pessoal da Câmara para o ano de 2022, “o número de trabalhadores-coveiros ronda os 92” e que a média etária



João Ribeiro da Fonseca, 65 anos, é o encarregado do cemitério; Licínio Fidalgo é o coordenador dos Prazeres, fazendo as visitas guiadas pelo cemitério; 'Tive de me fazer à vida e consegui entrar para esta profissão', conta Carlos Silva, ex-trabalhador de artes gráficas



destes “ultrapassa significativamente os 55 anos de idade.”

As candidaturas para o cargo de assistente operacional regem-se pelos concursos da função pública. Licínio Fidalgo explica que os candidatos têm que se submeter a concurso, ser aprovados e depois realizar provas teóricas e práticas, como abrir uma cova e fazer uma exumação.

João da Fonseca recorda o dia em que abriu uma sepultura nos primeiros anos de profissão: “comecei a retirar as madeiras, quando às duas por três vejo uma pessoa a olhar para mim, desato dali a correr e só paro cá em cima ao pé dos encarregados.” O colega que o acompanhou de regresso à sepultura acabou por perceber que o morto tinha um olho de vidro e ninguém estava vivo dentro do caixão.

A exumação corresponde ao desenterramento da urna. Este procedimento só pode ser feito passados três anos do enterro. “Os coveiros têm uma técnica: tiram a tábua do meio do caixão, metem a mão à altura da cintura e puxam”, pormenoriza Licínio. Se o corpo se desfragmentar está em condições para ser levantado. Caso haja resistência, significa que ainda existem partes moles e que tem de voltar para a terra.

Em relação às sepulturas, há dois tipos: as temporárias e as perpétuas. As primeiras são camarárias e recebem só uma urna. O corpo só pode ser levantado quando estiver completamente decomposto. As segundas são familiares e podem receber mais do que um caixão. O encarregado do cemitério revela que estas “são mais difíceis de abrir, porque são muito fundas e, às vezes, é difícil trabalhar a terra que nunca foi mexida.” É um trabalho de enxada, picareta e pá.

Tal como Carlos, Luís Freitas também estava desempregado quando concorreu à posição de trabalhador-coveiro. Trabalha nos Prazeres há quatro meses, mas esta não foi a sua primeira profissão relacionada com a morte. Antes de vir para o cemitério, trabalhou na funerária do cunhado. Diz que há diferenças. Explica que na funerária é psicologicamente mais duro por se ter de conviver diretamente com as famílias. “Não imaginam o que é que eu já vi na vida, o que é que eu já fui buscar ao instituto de medicina legal”, reitera Luís. Garante que para continuar a viver é essencial a separação entre o trabalho e o quotidiano. Com o tempo habituou-se e ganhou frieza. “Num funeral, não me veem deitar uma lágrima e, se for preciso, estou a ver um filme em casa e choro”, exemplifica.

Na parede da sala de convívio está a frase: “Trabalhadores invisíveis, mas essenciais para a sociedade”. “As pessoas pensam que nós não temos sentimentos”, afirma João da Fonseca. Quando surge o tema da discriminação, todos concordam: “antigamente, viam-nos como uns abutres.” Acreditam que o problema é cultural e que os outros países da Europa têm uma mentalidade mais aberta. A ideia popular do coveiro bêbado é um engano que João esclarece: “quando vim para esta casa, bebia leite e água ao pequeno almoço.” Luís relembra ainda o episódio no facebook de Carlos. Alguém comentou numa publicação do colega, em tom de desdém, o facto de este ser agora coveiro. A revolta de Luís é notória na maneira como fala: “É uma profissão como outra qualquer, trabalhamos e somos pessoas honestas.” Apesar de sentirem que não são vistos nem reconhecidos pela sociedade, sabem que, sem coveiros, não se enterram os mortos.

”

**CADA VEZ
HÁ MENOS
COVEIROS,
PORQUE NÃO É
UMA PROFISSÃO
ALICIANTE E O
VENCIMENTO
TAMBÉM NÃO
CATIVA
LICÍNIO
FIDALGO**



O FACTO É QUE HÁ POESIA EM LISBOA

A partir de uma leitura fortuita de um escrito lido repetidamente numa parede, aquando da sua primeira visita a Lisboa, o belga Pierre Docquir imaginou uma cidade. Agora que aqui vive e nos seus detalhes quotidianos tem mergulhado, devolve-nos em forma de elegia visual o que entende ser a essência desta urbe

PIERRE DOCQUIR TEXTO E FOTOGRAFIA





A

primeira vez que visitei Lisboa, as palavras 'pura poesia' ficaram na minha memória. Via-as de todo lado, pintadas em paredes, escritas em vários tamanhos, mas sempre com a mesma fonte elegante. Hoje sei que era o trabalho de um artista brasileiro com nome de Pura Poesia (www.purapoesia.com). Na altura, não o sabia: simplesmente levei estas duas palavras comigo porque na minha mente se tinham tornado numa síntese da cidade. E até contribuíram para trazer-me de volta a Lisboa.

Viver num sítio no longo prazo é diferente de estar de passagem. Vês todas as estações do ano, vês o quotidiano e todas as coisas que pensamos serem insignificantes mas que são, no entanto, cada uma delas uma peça do puzzle. Não reivindico conhecer a Lisboa autêntica - quem seria eu para distinguir o que seja autenticamente lisboeta? Em todo caso, não será a autenticidade para uma pessoa bastante diferente do que é autêntico para outra? E, acima de tudo, a cidade não é um museu: vive, muda. O que faço é simplesmente olhar: guiado pela curiosidade e pela sorte, percorro as ruas e olho para Lisboa.

Com as restrições devidas à pandemia, a cidade talvez não sorria tanto. Mas esperemos que o pior já tenha ficado para trás. As ruas estão felizes por ter o seu povo de volta nos dias das festas de Lisboa, no dia do orgulho gay, nos dias da FERIA da Ladra e todos os dias. Mas então porque amua este miúdo no claustro do mosteiro dos Jerónimos? Será indiferente ao esplendor do lugar, talvez suspirando depois da sua consola de jogos, talvez esmagado pelo peso da Cultura que os seus



pais o forçam a descobrir? Há outros meninos nestas fotos: fotografei o reflexo de um enquanto ele explora hesitantemente o Largo do Intendente, e outro está a jogar futebol numa rua inclinada. Penso que, provavelmente, não são muito diferentes das crianças que correm nas páginas do famoso livro fotográfico 'Lisboa Cidade Triste e Alegre' (o documentário ainda está na RTP Play: <https://www.rtp.pt/play/p10399/lisboa-cidade-triste-e-alegre>).

E o eléctrico que quase balança como um barco, e o rio tranquilo, e em todos os lugares os jogos intensos da luz e da sombra, que talvez pareçam um pouco mais violentos a preto e branco. Não sei se é toda pura, mas parece-me que há muito poesia para ver e viver em Lisboa.

"Viver num sítio no longo prazo é diferente de estar de passagem. Vês todas as estações do ano, vês o quotidiano e todas as coisas que pensamos serem insignificantes mas que são, no entanto, cada uma delas uma peça do puzzle"

CONTENTORES DE LIXO DE 120 LITROS: PEQUENOS GESTOS DE BONDADÉ ENTRE VIZINHOS

CRÓNICA SOFIA TOMÁS



Existe um manual de etiqueta em relação a contentores de lixo, coisa que o comum dos mortais (como é o meu caso) desconhece. Perto do meu prédio e, apesar da existência de ecopontos, não tenho nenhum contentor de lixo indiferenciado público. O mais próximo situa-se na Avenida Infante Santo. Contudo, existem dois prédios na vizinhança que têm os seus contentores próprios e que os colocam na rua ao início ou final do dia: um condomínio cor-de-rosa e um velho palacete dividido em apartamentos.

Usei esses contentores, durante anos, sem qualquer tipo de problema, até que, um dia, uma das inquilinas do velho palacete, sentada dentro do seu geriátrico e avariado automóvel (como tinha a janela aberta, ouvi a conversa que mantinha ao telemóvel, queixando-se do reboque nunca mais aparecer), viu-me a pôr o lixo no "seu" contentor. Como devia estar furiosa com a avaria do automóvel, aproveitou a ocasião para me passar uma descompostura, num tom frustrado e altivo de "tia da Lapa", dizendo que o contentor era só para uso dos inquilinos do prédio. Ainda tentei explicar-lhe que não havia nenhum contentor público nas redondezas, mas ela, aborrecida por estar à espera do reboque, nem quis ouvir.

Não sei porquê, mas disse-lhe que a caridade era uma virtude (às vezes, digo coisas estranhas e despropositadas, como um profeta de terceira categoria) e voltei para casa. Mas isso não me impediu de deixar o saco no contentor de lixo do palacete. A outra opção seria arrastar o saco pesado e malcheiroso até à Avenida Infante Santo e eu estava cansada.

A partir daí, passei apenas a pôr o lixo no contentor do condomínio cor-de-rosa. E olhava sempre em volta para não ser apanhada, como um ladrão que ainda não se habituou a violar a lei.

Um dia, retirei o lixo de casa pela manhã e o contentor ainda não estava lá. Ia deixar o lixo no sítio onde o contentor costuma estar aparcado, mesmo correndo o risco de apanhar uma coima, quando o porteiro apareceu a arrastá-lo. Com cara de poucos amigos, abriu a tampa do mesmo para eu colocar o lixo, dizendo que era preciso fechar bem o saco por causa dos cocós do cão. Expliquei que era uma gatinha (o peso da Conchita é mais para gatona XXL) e sorri atrapalhada. Desejei bom dia ao senhor e agradeci, indo para casa aprontar-me para o trabalho. Fiquei aliviada por não começar o dia a discutir por causa de lixo. Há coisas tão mais interessantes para se perder a cabeça, não é mesmo?

Desse dia em diante, passei a cumprimentar o porteiro do condomínio, ao que ele começou por responder de cara fechada, mas que se foi suavizando com o passar dos tempos. Fiquei grata por me deixar usar o contentor de lixo, ao contrário da gélida criatura do palacete. Talvez por isso, nem levei a mal a observação indiscreta que fez sobre nunca mais ter visto o meu "esposo" (na realidade, namorado). Expliquei-lhe que a Pandemia servira para clarificar certas coisas, que já não estávamos juntos, mas que continuávamos amigos.

Nas aldeias, dá-se pão, ovos ou couves aos vizinhos, mas na cidade os contentores de lixo são bens mais escassos e uma pessoa fica feliz com estas pequenas bondades. E, por isso, até desculpa uma certa coscuvilhice.

Voltei a ver a "tia" no Pingo Doce uns dias depois. Mantinha a expressão carregada, por isso, algo na sua vida continuava a não pegar. Gostaria de compreender o que, além da prepotência, justificou o zelo na proteção do "seu" contentor de lixo, mas fingi que não a conhecia e dirigi-me à secção dos champôs. Há mistérios nesta vida que não são para serem resolvidos.

”

NA CIDADE, O BOM VIZINHO NÃO É AQUELE QUE OFERECE GOUVES OU OVOS, COMO NO CAMPO, MAS AQUELE QUE NOS DEIXA USAR O CONTENTOR DE LIXO DO SEU PRÉDIO

AS ESCADAS DO METROPOLITANO

CRÓNICA ANA RIBEIRO NEL



Na estação do metropolitano passo por dois pedintes. Primeiro, uma magra idosa, as mãos nos joelhos e sentada sobre um jornal, um lenço na cabeça que lhe cobre o cabelo, talvez para que o cabelo não voe, mas hoje nem vento há, usa chinelos de quarto e meias que entala por fora das calças. Aos seus pés tem uma tampa redonda de metal, daquelas das caixas de bolachas onde a minha avó guardava as linhas de costura quando se acabavam as bolachas. Dentro da tampa estão duas moedas. A senhora olha os pés de quem passa, sem mover o pescoço, em silêncio.

Muitas pessoas sobem e descem as escadas do metro, umas parecem galopar. De vez em quando, sobe um mar de gente que trepa as escadas como se fosse a preia-mar sobre a rocha. Quando a onda de pessoas chega à superfície, dispersa-se. Uns tiram a máscara, outros acendem um cigarro que já vem na mão desde o interior da carruagem, há quem segure o telefone como se fosse um produto precioso, um casal de turistas abre um mapa da cidade e parece perdido.

Mais à frente, um homem cego está de pé, encostado a uma parede. Tem na mão um copo de papel e atrás de si pousou a bengala. Uma pessoa que se cruza comigo deixa-lhe no copo uma moeda. O cego agradece, retira a moeda e fá-la rodar sobre os dedos, com o indicador e o polegar, guardando-a de seguida no bolso da camisa.

Caminho por algum tempo. À minha frente anda uma mulher com umas sandálias de salto e os calcanhares gretados, tenta equilibrar-se na calçada e percebo que não deve estar habituada nem aos sapatos nem à calçada. Um arrumador de carros está parado num lugar vazio, à espera de um cliente.

Passo por um homem-estátua, uma criança dirige-se a ele, tímida, deixa-lhe uma moeda e ele curva-se numa vénia, a criança sorri e corre de novo para junto da mãe, que a espera de braço estendido. Pouco depois o homem-estátua faz um intervalo, deixa de ser estátua e passa a ser só homem, bebe um pouco de água, com cuidado para não estragar a tinta brilhante que tem na cara, como um atleta que se hidrata no meio de uma prova.

Continuo e de seguida encontro uma esplanada cheia de clientes, os empregados deslocam-se com movimentos precisos e bandejas carregadas de bebidas frescas e copos com gelo e rodelas de limão. Sento-me numa das poucas mesas vazias, sinto as pernas a latejar, bebo o meu café e oiço ao meu lado um casal a discutir. Ele tem uma cifose, braços enormes. Ela fala mais baixo, cabelo apanhado. Pausam a conversa quando fazem o seu pedido.

Não estamos a discutir, pois não?

Levanto-me da mesa e logo um pombo ocupa o meu lugar. Um empregado apressa-se a recolher a minha chávena vazia, afugenta o pombo com um esbracejar e limpa a mesa. O pombo aguarda e volta a pousar no mesmo sítio.

Desço para o metro. A idosa magra já não está lá, porém, ficou lá o seu jornal no degrau onde se sentava.

MUITAS PESSOAS SOBEM E DESCEM AS ESCADAS DO METRO, UMAS PARECEM GALOPAR. DE VEZ EM QUANDO, SOBE UM MAR DE GENTE QUE TREPA AS ESCADAS COMO SE FOSSE A PREIA-MAR SOBRE A ROCHA. QUANDO A ONDA DE PESSOAS CHEGA À SUPERFÍCIE, DISPERSA-SE

PRAZER! OLIVAIS... E A MENINA CHAMA-SE?...

Um desfiar das memórias de adolescência de uma antiga habitante dos Olivais, uma das maiores - e talvez das mais esquecidas - freguesias da capital portuguesa, a funcionar também como viagem sentimental por uma certa Lisboa, durante os anos 80 do século passado. Ou como a importância simbólica que damos aos lugares, claro está, depende da forma como os vivemos. Num peculiar registo memorialista, a leitora Verónica Guiomar oscila, de forma descomplexada, entre um apelo à lembrança de referências colectivas e a invocação de reminiscências íntimas. Uma cidade também é isto

VERÓNICA GUIOMAR CRÓNICA ADÃO CONDE ILUSTRAÇÃO



Fra eu miúda quando o meu pai trabalhava como pasteleiro na Pastelaria Tabuense, nos Olivais. Muitas vezes fui trabalhar com ele. Gostava de acompanhá-lo no Natal para embrulhar os brindes do bolo rei. Muitos embrulhinhos fiz e, sem que ninguém visse, em vez de um brinde, colocava dois ou, em vez do brinde, colocava uma fava. E punha-me a imaginar a surpresa daqueles a quem iria calhar o brinde.

Vivíamos no Forte da Casa, Vila Franca de Xira, onde eu passava a vida a brincar na rua. Aos 12 anos, os meus pais separaram-se e fui morar para Moscavide (Loures), largando as brincadeiras de rua para passar a estar fechada em casa.

Fui para a Escola Eça de Queirós, nos Olivais. E foi assim que fui até aos Olivais para conhecer a nova escola. Daquilo que vi, não foi a escola que mais me animou, que me pareceu "normal e igual a tantas outras", mas sim os Olivais. Fiquei encantada pelas ruas largas, pela quantidade de espaços verdes e de adolescentes como eu. Logo me imaginei de volta às ruas a fazer o que mais gostava... caminhar.

Naquele tempo, tal como hoje, caminhava-se para todo o lado, ajudando o facto de estarmos localizados entre Moscavide, Portela, Prior Velho, Aeroporto, Chelas e Marvila – e agora o Parque das Nações. É uma zona que tem muito comércio local e, por isso, não é necessário recorrer ao carro e às grandes superfícies.

Embora os Olivais sejam uma freguesia com muita população, todos se conhecem, tudo se sabe. Até há pouco tempo, nas vivendas do Bairro da Encarnação, as vizinhas entravam porta adentro para pedir sal, coscuvilhar ou para verificarem se os filhos da vizinha se estavam a portar bem enquanto a mãe saiu.

Hoje, já tudo meteu trancas à porta, mas há ainda o espírito de boa vizinhança entre os nascidos e criados nos Olivais, contrastando com os novos moradores que preferem passar macambúzios, ao invés de retribuir uma saudação, e fazem questão de murarem bem alto os quintais... Não diria que sou uma "velha do Restelo", no caso dos Olivais, mas faço parte de uma geração que tem uma certa nostalgia por outros tempos aqui vividos.

Estou ligada à Escola Eça de Queirós até hoje, e já tenho 47 anos, sendo uma das que promove o convívio anual entre os antigos alunos e professores. Uma coisa que a distinguia era a camaradagem. Falava-se muito da droga existente na escola, chegando a ser notícia de alguns jornais. Todos sabíamos quem se drogava, mas nunca houve confusão. E eu, sincera-

mente, nunca os vi a fazê-lo. Um deles era o "Relvas"! Andava por lá na escola, mas nunca o vi com livros ou cadernos. Era um bem disposto e nunca fez mal a ninguém. O Relvas morreu novo. A droga levou muitos nos Olivais.

Nos meus tempos da Eça, havia um local mítico e sagrado de que, ainda hoje, todos falam... A Zarolha! O porquê deste nome? Foi a alcunha dada à moça que lá trabalhava. Nesta taberna, que seguramente teria outro nome, mas que ninguém lembra ou soube, eram comemoradas as grandes notas, boas ou más. Éramos menores, mas isso nunca foi problema. Quantas vezes bebíamos um copo para estarmos inspirados para um teste? Existia também o quiosque junto à escola, que nos fazia o super-favor de vender cigarros avulso...

Alcunhas todos tínhamos. Eu era a "trinca espinhas". O **bullying**, naquela época, eram pequenas quezílias que duravam um par de horas. O pior que podia acontecer era alguém escrever nas portas das casas de banho algo como Mafalda + Paulo = Amor eterno... Minutos depois, já a Mafalda era acusada de andar a fazer olhinhos ao Paulo e o pobre do Paulo, que haveria de ser o mais feio ou escanzelado, andaria todo contente a pensar que era verdade ou se esconderia por ser o assunto do dia.

Eu andava sempre com a minha colega Helena. Foi ela quem me apresentou aos Olivais... Tantas vezes fomos ao Pão de Açúcar que ficava na zona, onde é hoje o Centro Comercial Spacio. Falávamos em curiosidades do bairro, como o facto da Miss Portugal Adriana Carriço ser dali e amiga da Helena. Dormi na casa dela e, logo pela manhã, tínhamos o pão deixado à porta pelo Sr. Zé, o padeiro. Falávamos dos professores, como a lixada Vóvó Dinamite ou do Lemos, que, no início, impunha respeito, mas depois até andava connosco ao colo, ou do Tomatinho, que trabalhava no pbx, ou da Dona Rosa, que andava atrás de nós com uma vassoura.

E claro que também falávamos de amores. Atrás de um desses amores, vim uma vez ao Bairro da Encarnação, à mercearia do Manuel do Centro, roubar um cartaz de publicidade a uma bebida, porque o Filipe (meu colega) era o rapaz do cartaz e, assim, passou a estar na parede do meu quarto.

Um dos pontos de encontro era a Leitaria do Senhor Pombo, onde nunca vi vender leite, nem outra coisa que não fossem bebidas alcoólicas. Íamos à feirinha que se fazia junto à Padaria da Encarnação comprar roupa, à Dona Margarida, e, mais tarde, no Mercado Norte. Namorávamos nos bancos

da Alameda da Encarnação e no Vale do Silêncio. Nos Olivais, casei e passei a morar. Após o jantar, íamos ao Carla beber o café e largar conversa fora. Recordo com saudade os bolos do Central e as conversas com o Senhor Campos, que tinha três filhos aos quais, carinhosamente, lhes chamávamos Campo Grande, Entrecampos e Campo Pequeno. Após a sua morte, os filhos trespassaram o café e assim se perdeu a coleção de azulejos antigos da Viúva de Lamego.

Foi a ele, ao meu sogro, Manuel Fortes, e à Dona Manuela quem ouvi contar histórias do bairro, como a de Eva Peron ter ido ao bairro visitar obras sociais do Salazar. Ou que, nos tempos de miúdos, nas ruas de terra batida, andavam descalços a jogar à bola, à carica, ao bilas, ao pião, carrinhos de esferas, a saltar à fogueira com troncos da Rua dos Eucaliptos, e que fugiam à polícia... Foi deles que ouvi a primeira vez a expressão "ir à chinchada", que se refere à arte de roubar frutas das árvores dos vizinhos. Era a adrenalina da época! Da mesma geração, era o Senhor Fernando Perfeito, da loja de eletrodomésticos, que vendia a prestações. No antigo cinema da Encarnação, assistia-se a peças de teatro, concertos e até ao Clube Amigos Disney, com o Júlio Isidro, onde, um dia, estive o famoso Kitt, o carro da série Justiceiro, que tantas proezas fazia na série, mas que ali se viu grego para entrar e sair.

Existiam figuras caricatas, como o Trinta e outro a quem eu chamava de Beato Salú (personagem da telenovela brasileira Roque Santeiro), que viviam da esmola e caridade dos moradores. Também estes já se foram.

Com 20 anos, perdi dois amigos, o Carica (Paulinho) e o Otávio, em acidentes de mota. Um por causa da tampa de uma sarjeta enquanto experimentava a mota nova de um amigo, quase à porta de casa, e o outro teve a infelicidade de, junto aos antigos cinemas Alfa, um carro lhe embater numa roda e o projetar contra o separador central. Ironia do destino foi o pai ir a passar e assistir ao acidente. Estas duas perdas foram muito sentidas no bairro, por serem dois miúdos que todos viram nascer.

E as férias de Verão? Só tínhamos dinheiro para ir, durante os três meses de férias, às Piscinas dos Olivais. Era frequente famílias inteiras, com o farnel, irem lá passar o dia. Encontrávamo-nos todos lá. Numa noite de festa, íamos à Feira Popular de Lisboa. Um dia, a piscina fechou, assim como a Feira Popular.

Passaram anos... Casei-me com um filho dos Olivais, com quem tive dois filhos. A eles, dei a conhecer os Olivais, onde ainda se anda muito a pé, mas onde já não se brinca na rua. Os miúdos hoje preferem socializar pela internet.

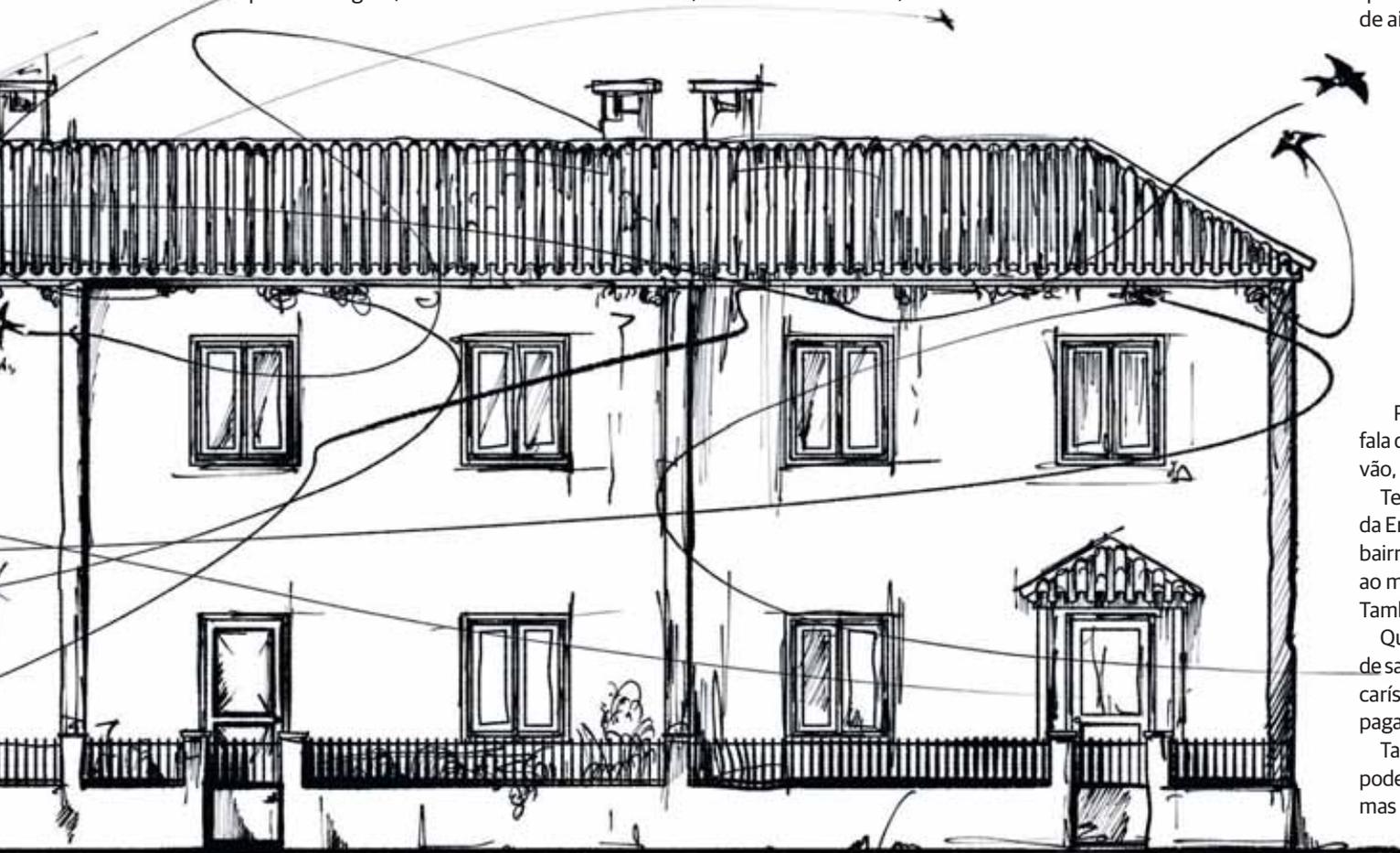
Levei-os muitas vezes ao Vale do Silêncio, à Alameda da Encarnação e à Quinta Pedagógica. Na Quinta Pedagógica deixaram, como tantos outros, as suas chuchas na árvore das chuchas. Já não se brinca ao pião, ao carrinho de esferas, à cabra cega, à mamã dá licença, ao jogo elástico... Já nem se toca às campanhas para depois se fugir! Quem havia de dizer que estas brincadeiras iriam ficar fora de moda?

Tenho que mencionar o orgulho que os Olivaisenses têm por terem tido vizinhos como o Zé Pedro dos Xutos ou o comediante Raminhos e o ator Pedro Pernas - alunos da Eça de Queirós -, bem como o escritor José Luís Peixoto, que escreveu uma crónica sobre os Olivais, onde fala das suas memórias e se despede prometendo voltar. Uns vão, outros vêm. O certo é que quem vai sente saudade.

Termino a falar numa curiosidade das vivendas no Bairro da Encarnação, a qual gosto muito de observar! Desde que o bairro foi construído e, ano após ano, as andorinhas voltam ao mesmo local. Passando o ninho de geração em geração. Também elas gostam tanto dos Olivais!

Quis o destino que o meu casamento tivesse um fim e tive de sair dos Olivais. No bairro, outrora social, agora as casas são caríssimas. Do divórcio houve as partilhas e eu só consegui pagar uma casa em São João da Talha (Loures).

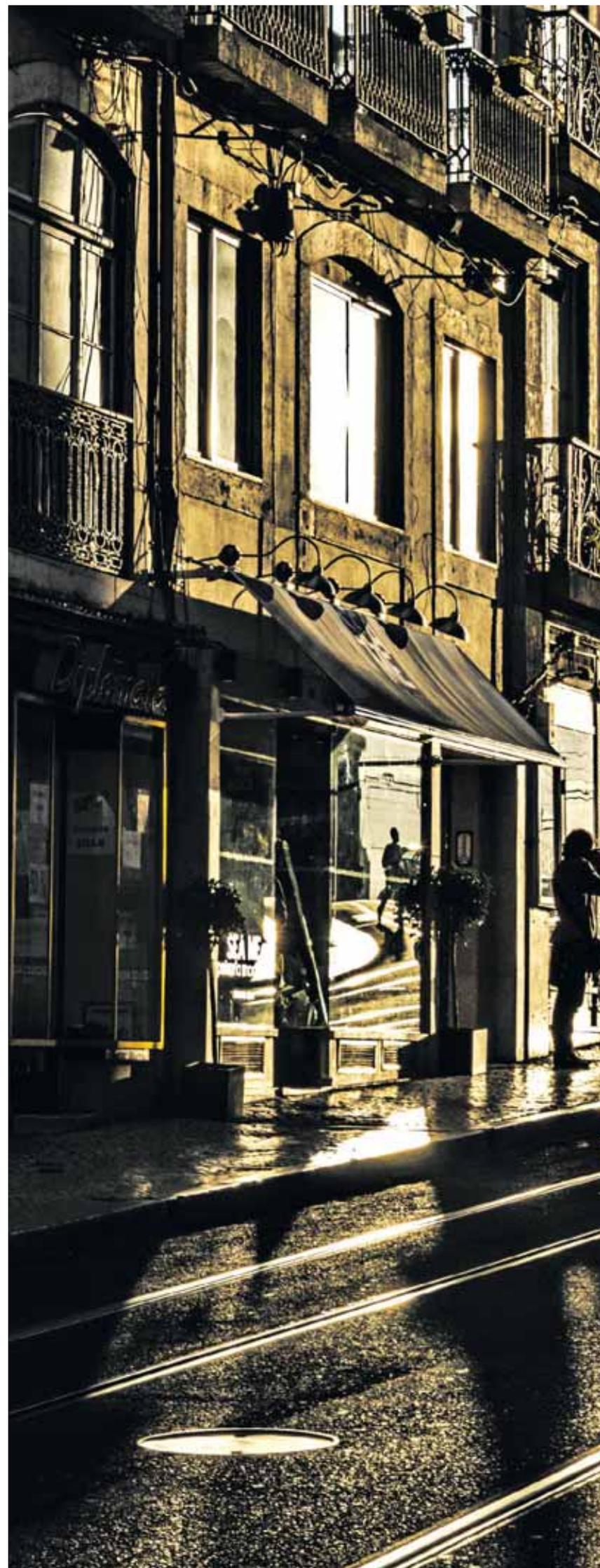
Tal qual as andorinhas, também eu tive de partir, mas espero poder voltar! Espero que seja um até já! Não nasci nos Olivais, mas adotei-os e eles adotaram-me a mim.

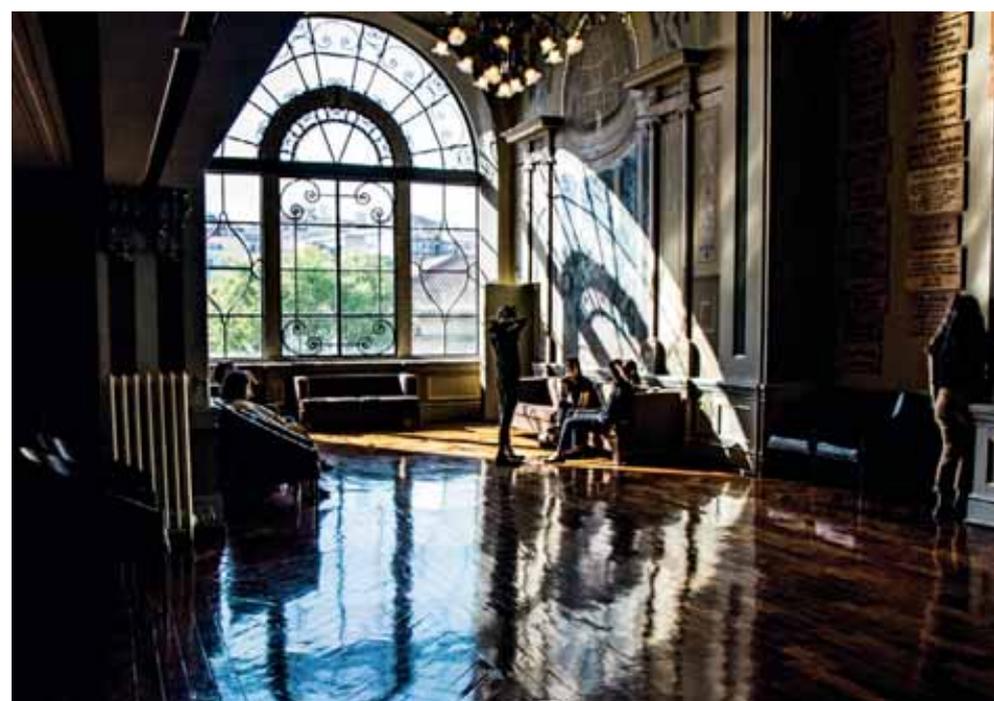


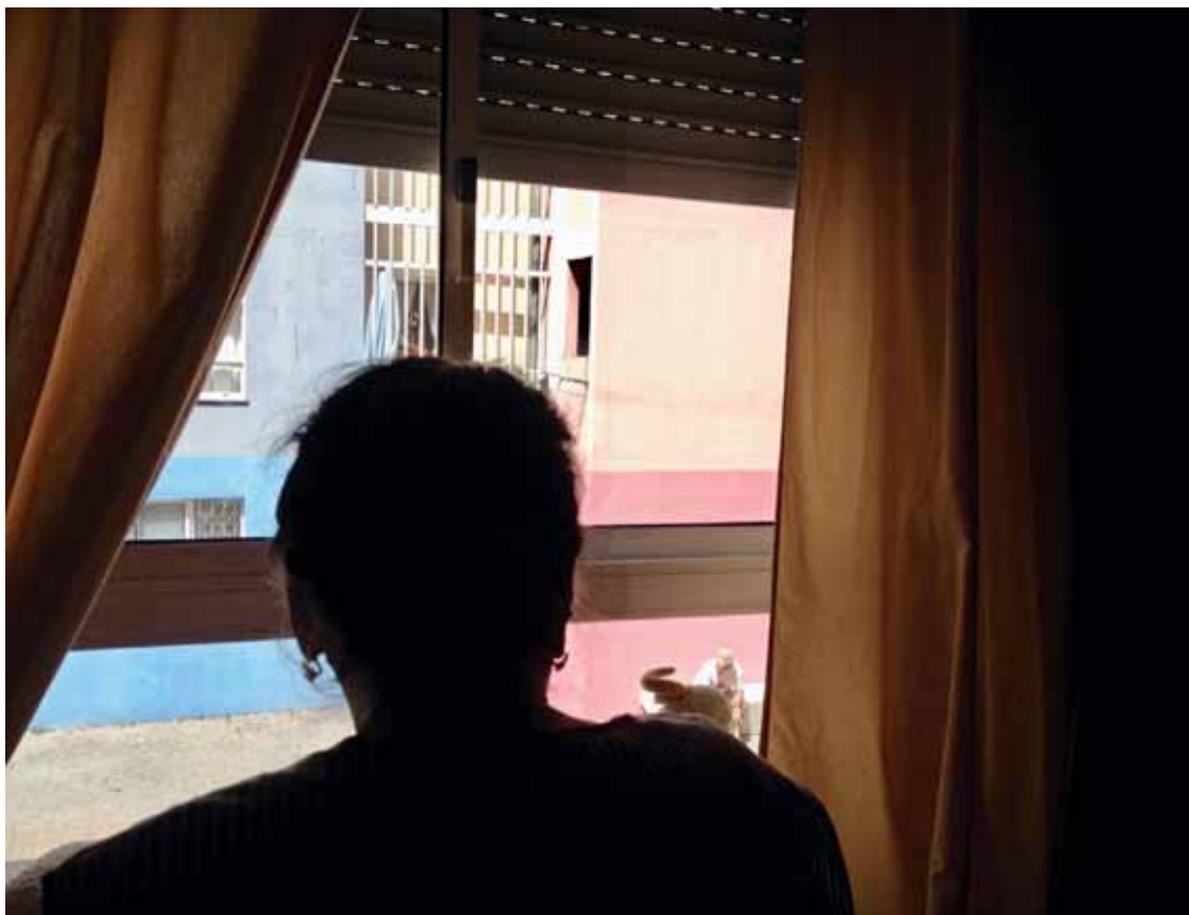


A LUZ DE LISBOA

Foi num dia em Milão, há muitos anos, algures no Verão. Eu e o meu irmão - há anos refugiado político e fugido da guerra das colónias - passeávamos por aquela "sua" cidade de momento, quando ele me confidenciou, com alguma nostalgia: "— Vês o céu azul de Milão, neste dia calmo de Verão, sem nuvens? É azul. Mas não é o azul de Lisboa. A poluição - já a havia, nesse tempo - desta cidade não o permite. O céu da nossa Lisboa tem uma transparência e uma textura únicas". É verdade. Talvez até o Tejo seja co-responsável por esse efeito cénico, por essas cores únicas ao longo do dia, quem sabe. Foi, de certo modo, ao abrigo daquela conversa que comecei a reparar e a tentar fotografar o infotografável







TERESA ROUXINOL TEXTO

Uma cena observada numa caixa de supermercado, bem no centro da cidade, a servir como motivo para uma meditação amarga por parte de uma leitora. E a funcionar também como lembrança à comunidade de que é preciso fazer muito mais para resolver o isolamento de muitos idosos na capital portuguesa. A solidariedade é a resposta

LISBOA NÃO É PARA VELHOS

Ontem conheci a Dona Maria de Lurdes. Baixinha. Cabelo curto, branco. Olhos claros. Tem um olhar triste, mas doce. Usa uma bengala. Estava na caixa à minha frente no continente da Avenida de Roma ao final do dia, já noite caída. Sozinha e com algumas compras. Muitas e pesadas, verifiquei depois. Pesadas para a idade que tem e a fraca compleição física de um corpo já mirrado. A menina da caixa perguntou se ia levar tudo sozinha. A senhora respondeu que morava perto. - "Não é assim tão perto" - disse a menina da caixa que saberá onde mora aquela cliente habitual. Ofereci-me para levar as compras até casa não sabendo quão perto ou longe seria. Era na Sacadura Cabral. Não muito longe para mim, mas bastante para uma pessoa daquela idade carregada de compras.

Saímos com as minhas compras e as da senhora. Ainda lhe disse que não devia ir ao supermercado à noite. Que era perigoso e podia aproveitar as manhãs. - Pois é, mas não tive coragem para sair e só agora vim à farmácia medir a tensão porque não me estava a sentir bem. Pensei que fosse hoje que me ia... São 90 anos, menina.

Toda a gente me conhece aqui! Sou a Maria de Lurdes. Se perguntar por mim toda a gente me conhece.

Não demos muitos passos até que a Dona Lurdes me começasse a contar a sua vida. A perda do filho pródigo que lhe "ligava todos os dias mesmo quando ia ao estrangeiro". Filho que lhe morreu numa cirurgia. Da depressão que teve pelo luto. Da perda do marido. Falou-me então do outro filho. O que vive lá em casa. "Era um menino lindo que toda a gente queria ver, mas foi muito mimado. Vive lá em casa e não trabalha nem faz nada. A culpa é minha, mas é meu filho, o que hei-de fazer? Desaparece durante dias sem uma chamada que seja."

A tristeza misturada com a doçura no olhar eram comoventes. Não há mais família. Amigas - perguntei. Família não tenho e as amigas foram desaparecendo ou estão num lar. A Dona Lurdes confessou-me que está a pensar ir para um lar para estar mais acompanhada. Mas que o filho não quer. Com a vizinha de baixo às vezes desabafa, mas o filho não gosta dela porque uma vez chamou a polícia. "É que uma pessoa precisa de desabafar", diz-me em lágrimas. Falou-me da solidão sem a nomear.

Falou-me da sua juventude e de como o marido a catrapiscou e foi amor à primeira vista. Falou-me de como um filho era bom aluno e exemplar e o outro correu várias escolas porque não se adaptava a nenhuma. E culpou-se também por isso.

Chegando ao prédio deixei as compras no elevador e já não subi, não fosse o filho não gostar e descarregar na mãe. Avisei a Dona Lurdes de que tinha de ter cuidado e não confiar em toda a gente. Eu não iria fazer-lhe mal, mas anda por aí muito lobo com pele de cordeiro.

Um uns vizinhos a entrar que a trataram pelo nome e com carinho que só deve ter de estranhos. Agradeceu-me. Dei-lhe um abraço e saí do prédio desfeita. A Dona Lurdes vive num "silêncio no meio de tanta gente" como cantou Maria Guinot.

Há muitas Donas Lurdes nesta cidade. Quem não se lembra do "Senhor. Do Adeus" que ia para o Saldanha fazer adeus às pessoas que passavam só para não se sentir sozinho.

Vivemos numa cidade moderna, cosmopolita, cheia de vida, de sítios modernos e trotinetes. Há muitas iniciativas de putativa inclusão das minorias, mas não se vislumbram acções da Juntas e outras entidades para incluir verdadeiramente os que foram excluídos porque são um fardo e já não produzem. E todos lá chegaremos mas andamos distraídos e não nos lembramos disso.

Há muito silêncio e muita solidão. Não, não "vai ficar tudo bem"!

Esta cidade, definitivamente, não é para velhos.

Ao caminhar pela cidade, deparamo-nos muitas vezes com edifícios antigos que, não sendo extraordinários, chamam a atenção por um pormenor. Concedendo-lhes um pouco de tempo para conhecermos a sua história, apercebemo-nos que são, afinal, como os anónimos com quem nos cruzamos todos os dias: têm uma biografia. É o caso deste prédio numa rua situada entre a Morais Soares e a Alameda. O leitor Rui Martins evoca-o, olhando também para os primeiros anos da sua vida. Uma questão de memória e de identidade

RUI MARTINS TEXTO



A PORTA E O FRONTÃO ARTE NOVA DO Nº 20 DA RUA CARVALHO ARAÚJO

A 19 de setembro de 1966, nascia no número 20 da Rua Carvalho Araújo, Penha de França, este vosso cronista. Mais concretamente, no 1º Esquerdo. Ou seria no 1º Direito?... Lá em casa, ninguém se lembra muito bem... O curioso, mesmo, é que este prédio seja o único que conheço em Lisboa com o tipo de entrada em Arte Nova que as fotografias ilustram. Aqui, nesta casa, os meus pais, recentemente vindos do Alentejo, tinham um quarto alugado num piso de um dito "prédio de rendimento", onde aplicavam mais de metade do salário de 600 escudos do meu pai enquanto funcionário do Metropolitano de Lisboa.

Actualmente, vivo na vizinha freguesia do Areeiro e é algo premonitório que o nome original deste arruamento tenha sido precisamente "Azinhaga do Areeiro", tendo perdido esse nome apenas em 1924 e dentro do território da Quinta das Ameias (ou Casal Vistoso): coincidências dos primórdios de vida deste alfacinha de gema.

O prédio do nº 20 pertence a um género muito comum na Avenida Almirante Reis e nas ruas em redor: o dos "prédios de rendimento". Eram edifícios construídos de raiz, em grande número na primeira metade do século XX, mas que tiveram a sua origem a partir da segunda metade do século XVIII, sendo descritos num estudo da edição de 2018 do "Prémio André Jourdan" como imóveis "essencialmente de habitação, mas podendo incluir comércio e serviços, composto por múltiplas frações independentes". E que eram, até "ao advento da primeira regulação do regime de propriedade horizontal, em meados de 1950, de promoção privada".

Em 1966, o prédio ainda era essencialmente de arrendamento, sendo a casa do quarto onde vivia, e onde vivi por um ano, por sua vez, também arrendada. Como curiosidade, registe-se algo que era habitual nestes prédios nesta época, que era a presença de uma casa de banho única por piso, onde se acedia a partir de um passadiço metálico que dava para um pátio interior e que seria posteriormente demolido.

No mesmo ano de 1966, esta Rua Carvalho Araújo era fotografada, curiosamente apenas três meses antes do meu nascimento por Arnaldo Madureira - (A "RUA CARVALHO ARAÚJO" esquina com a "RUA JOSÉ RICARDO", no sentido Sul), como se vê no Arquivo Fotográfico do Arquivo Municipal de Lisboa. Infelizmente, a fotografia não cobre a interessante porta do nº 20, pelo que é impossível saber se a porta tinha algum elemento decorativo adicional tão original como o seu frontão.

Segundo o blog Ruas de Lisboa com Alguma História (aps-ruasdelisboacomhistoria.blogspot.com), a rua homenageia o Comandante do "NRP Augusto de Castilho", um pequeno navio patrulha, originalmente um arrastão de pesca construído em 1909 - adaptado e armado com uma peça de artilharia de 65 mm à vante e outra, de 47 mm, à ré -, que, em 1918, enfrentou a tiros de canhão e até ficar sem munições o submarino alemão "Kapitänleutnant Schweiger" ou U-139, comandado por Lothar von Arnauld de la Perière. O combate permitiu que o vapor "São Miguel" se afastasse, tendo ficado o comportamento heróico dos portugueses registado no diário de bordo do U Boat alemão.

O frontão do nº 20 da Carvalho Araújo é em Arte Nova, um estilo de influência francesa, que começou em finais do século XIX e se estendeu até à década de 1920, com alguns exemplos tardios da década seguinte. O frontão, entre motivos vegetais típicos do estilo, exhibe ainda dois medalhões com os rostos de duas crianças do sexo feminino que olham uma para a outra e que, à semelhança da decoração do exterior do Palácio da Quinta da Regaleira, em Sintra, podem representar as netas do proprietário e investidor neste prédio ou serem, tão somente, um simples motivo decorativo esvaziado de significado especial.

Não conheço outro caso igual em Lisboa, de um frontão neste estilo e com estes motivos decorativos. O que, aliás, reforça a tese de se tratar, mesmo, de uma referência familiar directa. É também em Arte Nova a original placa toponímica em azulejos "Rva Carvalho Araújo Oficial da Armada Morto gloriosamente em combate", com os seus motivos vegetais, devendo datar de 1924, ano em que esta rua perdeu a designação de "Azinhaga do Areeiro".

É assim pena que, com tão original decoração, alguém, na década de 1980, tenha decidido substituir a porta de madeira por uma horrível porta de alumínio. A substituição foi uma das muitas que, desde então, ocorreu por Lisboa e que não parou, até hoje, de descaracterizar estes elegantes prédios de Entre-os-Séculos, com a impunidade que não devia estar associada a estes processos de alteração irregular de fachada.

Sem dúvida que se compreende a necessidade de modernizar, dando maior segurança e isolamento térmico aos vestíbulos, mas há limites e, havendo boa vontade, é possível reconstruir estas portas antigas, como o prova um exemplo recente na Rua Cândido Guerreiro, no Bairro do Arco do Cego, onde a porta da década de 1920 foi totalmente reconstruída em madeira nova, mas preservando totalmente o desenho original.

O percurso
do 28 é tão
rico e diverso
quanto as
pessoas que
nele entram
e saem



O ELÉCTRICO VINTE E OITO

Através da sua elegante escrita, o leitor Carlos Reis oferece-nos uma personalizada e onírica jornada pela mais afamada das linhas de eléctrico de Lisboa, a 28, que na sua extensão integral liga o Martim Moniz ao Cemitério dos Prazeres. A acompanhá-la, as fotografias por ele também tiradas



um companheiro, ambos permanecem calmos e japoneses.

Reparo na aparente descontração do guarda-freio, uma mulher, que parece não saber de nada do que se passa nas suas costas, naquele pequeno mundo, ali a poucos metros de distância. Reparo também que há um desaparecimento súbito e ultra-discreto dos tais indivíduos. Ainda agora ali estavam e, de repente, já lá não estão, desmaterializam-se. Decididamente não lhes estariam a correr de feição as coisas, desta vez.

A viagem prossegue, por Lisboa abaixo, ultrapassamos rapidamente a Sé, fazemos a curva a guinchar. Desassossegado, o eléctrico trava a fundo junto ao Santo António, começam a sair estrangeiros e a entrar autóctones, o espaço vai-se tornando quase nacional, ainda que não de todo. A criança encantada que segue com os pais não tem olhos a medir, os bulícios desta viagem, a espantação da aventura, o vai e vem das pessoas, o desfilar de veículo pela calçada abaixo.

PARAR! PARAR! – grita uma luz intermitente, o sinal de que há gente prestes a sair, logo substituída por outra, que entra, o espaço adensa-se. Na Baixa, há novos ingressos, senhoras de idade, presumíveis habitantes locais, o eléctrico vai-se apertuguesando, ouvem-se conversas no dialecto local acerca de coisas locais, sabe, já tenho a certidão que vim buscar, pois é, tem razão, ela é mula, é muito mula e teimosa, vai acabar por receber o que deseja, foi lá de propósito na 3ª feira, imagine, não sei se é o mesmo, também me parece, tenho um cunhado na Manutenção.

O eléctrico dispara, vertiginoso pela Calçada de São Francisco acima, saímos agora do vale, a caminho de outra colina, com o guarda-freio sempre indiferente, de costas para o mundo, para este mundo que habito, um microcosmos que ele transporta sem emoção. Segue todavia concentrado na condução, em curvas e contra-curvas, no travar e no acelerar, consoante as necessidades desta cavalgada.

Outro país. De repente é o Chiado, buliçoso e jovem, outras roupagens e modos, uma diversificação de personagens, parece estarmos a passar por uma fotografia gigante, uma capa de uma revista, há um Sol no Camões, apetecível e morno, pombos nos fios eléctricos observam a fauna que lhes subjaz. O eléctrico, fatigado, afrouxa, imobiliza-se, é preenchido por novos locatários, mais estrangeirada de novo – esta agora a caminho de uma Estrela suspeitosa de uma sua Basílica, que entretanto vira nos mapas, descoberto que foi, descoberto que já está o Bairro Alto.

O banco dos palermas, como lhe chamamos na gíria urbana, é afinal apetecível, sentam-se ali mais japoneses, felizes e sem câmara fotográfica aparente, alguns deles (um mistério) com um ar quase que de habitués.

Limites da colina, agora é sempre a descer a caminho de um outro e profundo vale, são os Poiais de São Bento, aumenta a densidade populacional, fala-se um português decidido, o Sol desapareceu. Deve-se este eclipse à estreiteza das ruas que percorremos, por entre prédios envelhecidos e inclinados, os telhados encandecidos e despenteados quase a tocarem-se uns nos outros, curvas súbitas e contra-curvas ainda mais súbitas, uma curta e íngreme subida. É a

Assembleia da República, manifestamente desmanifestada hoje, mas com polícias de mau aspecto por ali, em pequenos molhos. Os polícias têm sempre mau aspecto, em pequenos molhos.

Pela Calçada da Estrela fora, de novo a subir. Levanto-me entretanto, para dar lugar a uma senhora da minha idade, estou na plataforma traseira, aparece um passageiro, reconhece um outro que já lá estava, tás bom ó Jorge, são companheiros habituais de jornada, cumprimentam-se como se se encontrassem no café, despedem-se quando um deles abandona a nave, a caminho de um destino que é só seu.

Mais uma vez a nove impetuosos pontos e a arfar, o Eléctrico vai galgando a calçada, sempre com determinação, tem um fito, deseja chegar a Campo de Ourique, fim da linha, há que descansar, um direito que lhe assiste, perto do cemitério onde estão certamente outros companheiros imóveis, com quem se pode conversar, um período de calma, um intervalo na correria.

Mas eu, que acho que vou espreitar o Jardim da Estrela, que há tanto tempo não espreito, mal ele desagua naquele súbito e imenso mar que é o Largo da mesma, apeio-me e despeço-me, silencioso. Há mais Sol, o espaço é convidativo, aparentemente prazenteiro.

Engano meu. Mesmo junto ao portão, há um engraxador de ar gasto, encostado ao gradeamento, imóvel e triste a fumar, o cigarro imóvel e triste, a caixa dos seus utensílios abandonada e queda. Um engraxador que não engraxa, um engraxador que não tem quem ou o que engraxar, suspenso que está das suas funções, da sua sobrevivência. Parte do meu prazenteirismo desaparece, evolva-se, confunde-se com o sombreado do jardim, por aquela espécie de floresta a fingir em que entretanto me embrenho.

Há uma esplanada com gente bem disposta e jovem, há patos por ali, com um lago inventado para o efeito e para a sua sobrevivência, o arvoredo é convidativo, há sombras e Sol alternantes, vou-me internando, passo pelo coreto, que é elegante, dou uma volta por ali, câmara fotográfica ao ombro, desatenta.

Mas neste jardim, convidativo e agradável, há tristeza e abandono. Há idades avançadas e sós, há olhares perdidos, pobreza e solidão. Há uma tristeza paralela e circundante, uma velha avó desabada e enorme, que transporta um carrinho de bebé que parece um carrinho de brincar, há velhos perdidos de si próprios e mal instalados em bancos ásperos de traves de madeira, bancos que parecem ter sido inventados para lhes amparar as memórias aguadas e mal desenhadas, bancos subitamente inóspitos e incómodos, bancos com miséria acoplada.

Já não me apetece o jardim. Nem as flores. Nem os pássaros, nem as sombras. Já só me apetece voltar ao eléctrico que tem pessoas vivas e que mexem, que é agradável e morno, capaz de desfazer-me o frio que entretanto sinto, passível de me distrair e aquecer, no seu habitáculo cheio de gente diversa, a conversar diversamente.

A viagem de volta é menos lenta, há quem diga que os regressos são sempre mais rápidos. Todo o regresso, todo o avesso daquele passeio é quase feito sem história, de repente já estou no Camões, a Baixa a vir de encontro a mim, a Sé a ficar para trás e para baixo, a Graça a surgir de novo, eu quase sem reparar naquelas curiosas, engraçadas e curvilíneas ruelas próximas, que são da largura do eléctrico, o qual tem de ali passar a centímetros das paredes, a encolher-se, propício e sumamente cuidadoso.

Meto-me no carro, meto uma primeira, meto-me a caminho de casa. Acendo as luzes, ponho o rádio, o noticiário sempre distrai. Que nada, que não distrai, é só guerra, os russos a destruírem a Ucrânia, os israelitas a bombardearem árabes e crianças, os sírios a fugirem para a Turquia onde não cabem nos campos de refugiados, o Costa a sorrir benevolmente a propósito de qualquer lugar comum premente, o Ventura a debitar impertinências.

Ninguém fala dos velhos que ali jaziam mesmo há bocado. Não são notícia, que disparte o meu.

Decidi apanhá-lo. Ao 28. Trata-se de uma expedição de que sempre gosto e que há muito não fazia. Deixo o meu carro na Graça, dirijo-me à paragem, pergunto delicadamente a um senhor de certa idade se dali os eléctricos vão até à Estrela. Que sim senhor, mas olhe, tenha cuidado, está a vê-los, estão ali, aqueles marmanjos, são carteiristas, estão à espera também do eléctrico, é o costume, veja lá, ponha-se a pau.

Era verdade. Quatro ou cinco mênfios de decidido mau aspecto esperavam também o eléctrico, sabem que há ali turistas frescos e prontos a depenar. Subo, ponho a máquina fotográfica a tiracolo, resguardada e do lado da janela, mudo a carteira para um bolso diferente e mais recolhido e sento-me, atento, junto à coxia, dado que os lugares à janela estavam todos ocupados.

Mal o eléctrico arranca (agora um transporte suspeito, perigoso e internacional, com passageiros de vários países e etnias), um deles que seguia de pé, como todos os outros, encosta-se demasiado ao meu lugar, pelo que tenho de lhe propor – com voz um bocadinho grossa, embora sem exageros – para ele se retirar se fazia o favor, ao que responde que sim senhor, que vou já, tenha calma.

Uma rapariga do outro lado, habituée e conhecedora com certeza destas tristes e quotidianas cenas, começa mesmo a mandar vir em alta voz. Há, entretanto, um pobre e minúsculo japonês que parece estar prestes a ser assistido por um deles. Às tantas, senta-se, depois de algo empurrado e apertado por entre dois dos performers e a rapariga, decidida, levanta-se, passa por eles, vai ter com o japonês, a avisá-lo e a pretender que ele verifique se lhe falta alguma coisa da mala que traz descuidadamente a tiracolo. Tudo acaba em bem, o oriental aparentemente não chegou a ser roubado, troca umas palavras, de que nada percebi evidentemente, com

PERCURSOS

A cada um a sua Lisboa, celebra o leitor Vítor Oliveira Jorge, numa inspirada reflexão sobre a forma singular como todas as pessoas apreendem a vida nesta urbe. “Porque nenhum de nós, urbanitas, alguma vez consegue abarcar o corpo infinito de uma cidade e, portanto, constrói, a partir dos seus percursos, e ao longo de uma vida, a sua própria cidade imaginária”, escreve





E considero esta iniciativa, "Artéria", como particularmente feliz, a começar pela sua designação, porque, como todos sabemos, artéria é não só um vaso sanguíneo pelo qual flui algo de essencial à vida, ao nosso corpo e sua respiração, como também um elemento fundamental do urbanismo, uma via de comunicação na cidade, e portanto também aludindo à própria cidade como um corpo vivo...e em tudo isto, evidentemente, está presente, central, essa ideia de comunicação, metáfora da própria vida.

Comunicação neste caso entre os leitores de um jornal e este mesmo, aberto à colaboração da comunidade, e assim estabelecendo uma via de contacto mais direto, de respiração, de vida renovada, entre uma instituição jornalística e o seu público, tendo como pano de fundo a cidade de Lisboa. Excelente!

Excelente porque estabelece uma multiplicidade de cidades a partir deste nome, Lisboa, como seria a partir de outra urbe qualquer. Porque nenhum de nós, urbanitas, alguma vez consegue abarcar o corpo infinito de uma cidade e, portanto, constrói, a partir dos seus percursos, e ao longo de uma vida, a sua própria cidade imaginária. É a evidente multiplicação das artérias, das vias de respiração, em cada um de nós, na cidade em si, a qual se metamorfoseia por si mesma, mas também através do imaginário com que cada um(a) a constrói e reconstrói para si, a partir da sua experiência.

Se formos perguntar a dois habitantes, ou utentes, ou simplesmente visitantes, de Lisboa, quais os seus percursos, as artérias em que respiraram, os momentos em que sustentaram a respiração perante uma experiência marcante, um sítio de paragem, um local em que encheram os pulmões e os olhos se abriram ao espetáculo urbano, um sítio ou percurso ligado a uma experiência afetiva, será sempre diferente o que cada pessoa tem a dizer, não só a partir da sua própria vivência, mas também ao longo da sua história da descoberta cidadina.

Porque a cidade, ambiente artificial por excelência, criado pelo ser humano em contraposição à sua outra face, o mundo rural, é um pouco como a própria natureza, surpreende-nos sempre com qualquer coisa de inesperado. Quanto mais não seja porque a própria cidade é penetrada, ou mantém, muita "ruralidade", muito "campo", muito "verde" de que em princípio pareceria querer descartar-se... mas não, é o contrário, logo existem múltiplas hortas, escondidas ou expostas, jardins, avenidas arborizadas, espaços onde o espírito – e o corpo, a apresentação, a vaidade até de alguns habitantes, claro – se pode expandir e mesmo pavonear, sabendo olhar mas também sabendo ser olhado, porque a cidade é mesmo isso, um teatro, uma encenação, um mundo de infindas performances.

Sem os "pulmões" que são esses espaços verdes, uma cidade não respirava, fenecia. Basta lembrar o Parque Florestal de Monsanto, com o seu jardim dos Montes Claros, mas...muito mais que isso. Num âmbito geográfico maior, as próprias serras que rodeiam a cidade de Lisboa, Sintra a noroeste, com a sua vegetação predominantemente atlântica, frondosa e alta, e Arrábida, com o seu "maquis" de tipo mediterrânico, são, não só tradicionalmente espaços de fruição e veraneio (e habitação de muitas pessoas, evidentemente), mas também pulmões da cidade-capital.

Quando o Barreiro era uma zona fabril muito poluída, na margem sul do Tejo, e quando, do lado de cá, existia todo um complexo industrial na área onde em boa hora foi depois instalada a Expo 98 (hoje, Parque das Nações), o meu mestre Orlando Ribeiro costumava dizer que o que valia a Lisboa, para contrariar a poluição, eram essas duas montanhas tão contrastantes que de algum modo a abraçavam, como espaços onde se podia respirar, e de onde vinha, um ar mais puro.

Se o urbanismo moderno procurou romper com a teia de pequenas vielas e praças que constituía a cidade medieval,

tantas vezes amuralhada e defensiva, ele visou introduzir na cidade grandes "artérias", não só avenidas para a circulação dos transportes e monumentalização de edifícios carismáticos, mas também para a abertura de espaços verdes, de que pode ser exemplo a Alameda D. Afonso Henriques, o Parque Eduardo VII, ou o alongado jardim do Campo Grande.

Espaços de afirmação do poder, um elemento que anda sempre de braço dado com a arquitetura e o urbanismo, e de inculcação de certos comportamentos, espaços simbólicos sempre, claro, mas também áreas onde o olhar se pode alargar e o passo sempre estreito dos "passeios" laterais das ruas pode dar lugar ao movimento de um corpo mais descontraído, se não mesmo repousando nos bancos públicos ou esticando-se na relva.

Nada disso acontece por acaso, é óbvio, e tudo isso fomenta em cada pessoa, habitante, utente, ou visitante da cidade, memórias e comportamentos que são sempre diferentes de sujeito para sujeito. A cidade é um lugar de infindas formas de subjetivação, e, como tal, se ela é um corpo físico inalcançável no seu todo (a não ser olhando um mapa, uma maquete, uma foto aérea, mas isso já não é nunca a mesma cidade), ela de facto só existe como uma ideia, uma construção do espírito, em cada um(a) sempre em relação com esse próprio micro espaço que é o seu corpo pessoal em movimento.

Por isso, mais do que falar deste ou daquele lugar ou aspeto específico de Lisboa, o que é importante também, creio que o mais interessante, ainda, será abordar aqui a cidade como um corpo vivo, pelo qual cada um(a) se enamora (ou não...) à sua maneira. Em que cada um(a), através dos seus percursos, rotineiros ou não, estabelece pouco a pouco, desde a infância, a sua cidade imaginária, a Lisboa dos seus afetos. Dos seus sonhos, dos seus dias cinzentos ou ensoleirados, dos seus trajetos desinteressantes, que fazem parte das rotinas, e dos seus momentos de júbilo, de alegria, de convívio, de enamoramento. Das esplanadas onde, com amigos, o riso pode brotar de uma forma aberta, extrovertida, aos recantos mais recatados, porventura sombrios ou privados, onde foi dado o primeiro, secreto, beijo de amor, a cidade multiplica-se em cada um(a) de múltiplas maneiras.

Assim, cada rua, cada bairro, cada monumento, cada sítio da cidade desperta em mim inevitáveis recordações que aqui só podem ser muito sucintamente evocadas: é a minha Lisboa de que falo, calcorreada a pé ou atravessada com pressa, de carro, ao longo de muitas décadas. E toda uma história que me ultrapassa, mas marca, vem ao de cima. Olha, aqui foi onde mataram o rei; olha, era por aqui que vinham as procissões da Santa Inquisição com os destinados à fogueira; olha, foi daqui que a corte se apressou a embarcar para o Brasil, para não ser capturada pelos franceses; etc., etc. A cidade é um complexo infindo de signos sobrepostos. Esta ponte, vês, já se chamou Ponte Salazar, e agora é a Ponte 25 de abril; e, a propósito, sabes o que representou o 25 de abril de 1974 para o nosso país? Não sabes?!

Então eu explico-te, porque há lugares de Lisboa onde se passaram acontecimentos decisivos para que hoje possamos estar aqui a falar sem medo, em artérias abertas ao sangue vivo da vida, em imaginação livre para associarmos o que quisermos e podermos partilhar, cada um(a), com os(as) outros(as) todos(as) a nossa particular Lisboa. A que se vê bem, altaneira, no seu castelo medieval, de bandeira erguida, ou no Rossio, antigo fórum romano, encimado pelo teatro nacional; e a que se esconde sob os nossos pés, quer a do metropolitano, a dos muitos canais por onde correm as águas limpas ou sujas, as linhas elétricas ou os cabos de comunicações, quer as das galerias que ainda existem sob o solo de Lisboa, a Olissipo romana, e se podem visitar, como se pode (e deve...) visitar o seu - antigamente grandioso - teatro romano.

É que, sabes, se todo o território tem a sua história, se todas as paisagens mudaram ao longo dos tempos, a cidade, e logo a cidade-capital, a do grande terramoto e a do iluminado Pombal, essa é o próprio coração da mudança. Onde desde o começo do presente texto até este seu fim já muita coisa aconteceu. De certeza absoluta.

LES JEUNES

TINTA POR UMA LINHA FRANCISCO MOUTA RÚBIO

Pois nem deveria estar a escrever tal crónica. Se os políticos soubessem quanta gente se preocupa com a emergência climática e com o fim dos combustíveis fósseis até 2030, e se eu não me sentisse a deslizar para outros territórios, estrangeiros aos tempos de juventude (já nem ousar cantar *Forever Young*), esta crónica seria inócua. Mergulhemos então num texto evitável, mas necessário.

Enquanto tento organizar estas palavras, pelas curvas da escuridão vaga da mente, sento-me na cadeira ao meu lado, no aeroporto da nossa cidade, um jovem americano, nascido em Chicago, 24 anos, traz o Monte Cristo de Dumas debaixo do braço, vinha de Sharm El-Sheikh, da COP27. Lá foi ele ouvir o que os políticos, aterrando nos seus jactos privados, tinham a decidir sobre a saúde do nosso futuro.

O *young american* de volta ao seu país com uma certeza: não pode parar de resistir. E a resistência hoje molda-se com novos barros, criar campanhas e conteúdos nas redes sociais para alertar e abraçar mais gente para esta luta. Uma luta da qual se têm excluído os avós que deveriam estar preocupados com o futuro dos netos e os pais com o futuro dos filhos. Parece que apenas os jovens estão preocupados com o seu próprio futuro. Mais um modelo na montra do egoísmo humano?

Talvez a geração mais educada de sempre, a mesma geração que não lê livros e se gruda nas redes sociais (até quando vamos repetir estes mantras para confundir problemas?), tenha acesso a instituições de ensino que a prepara para atentar, pensar e agir perante os problemas. Será? Será que apesar de tentarem torná-los mais uma máquina de produção e consumo os jovens ainda conseguem pensar?

Aqueles jovens desobedientes que ocuparam telhados e o espaço público no Liceu Camões, na Escola António Arroio e na Faculdade de Letras talvez não tenham estudado as palavras de Agostinho da Silva ou de Paulo Freire, nem tenham tido contacto com o modelo de ensino de José Pacheco, mas conseguiram, por momentos, desorientar o sistema. O sistema de competição e de sucesso escolar a qualquer custo. O sistema cego perante os problemas: os media, as

redes sociais e a iliteracia, a paz e a democracia, o passado e o futuro. E haverá problema maior para o futuro que o bom funcionamento do planeta presente?

Este texto evitável, mas necessário, dirige-se aos jovens da nossa cidade que são raio de esperança a sobreviver pela cinzentude de convencimentos do que é ser adulto. Aos jovens e à sua fé. Aos jovens que não têm medo de arriscar. Aos jovens que não são jovens velhos. Aos jovens atentos ao presente sabendo que até pode nem haver futuro (e o que será uma geração sem possibilidade futura?). Aos jovens que invejamos, pois conseguem olhar o olho da vida como um furacão de possibilidades, sem desânimos. Através da poesia das palavras, mas também dos números. Esses humanos responsáveis poderão ter a certeza de que são jovens enquanto irritarem adultos sérios e responsáveis. Fastidiosos chefes de família que ainda não entenderam para quê saber mais sobre a saúde do clima, nem se permitem questionar comportamentos.

Quais comportamentos, perguntarão ainda os que se esqueceram do que é ser jovem. Aos jovens desafiantes da arrogância dos mais velhos, convencidos de ter esgotado o conhecimento no seu tempo, que lhes dizem: tudo o que vier a seguir serão imberbes, despreparados, criaturas ignorantes. Esses irritados com o trânsito, com os políticos e com os jovens esquecem-se de onde vieram e para onde irão. Talvez nunca tenham sido jovens. Aos jovens que despertam a cólera com perguntas incómodas: e as ondas de calor não têm ligação alguma com a forma como consumimos camada após camada o nosso planeta, pois não?

Les jeunes assim o serão enquanto não cruzarem os braços, enquanto os telhados forem magros para a espessura das suas vozes, enquanto não forem apunhalados pela espada da fiança. Continuarão a ser jovens os crentes em utopias, pois como disse Oscar Wilde o progresso é a realização de utopias. Continuem a acreditar nelas, pois há mesmo um cavalo branco à solta, por trás da Escola António Arroio. Serão jovens enquanto mantiverem a capacidade de dizer não, não vou às aulas, não aceito esta normalidade que nos levará até ao abismo.

Serão jovens os desassossegados com a saúde do planeta, mas despreocupados com a tarde, noite e com as horas que fumegam a urgência descontente dos nossos corpos, mesmo que alguns apenas silenciosos, outros apoiados num corpo de palavras, todos disponíveis a passar noites na esquadra viciada no presente pequeno.

Aos que não ocuparam telhados de escolas e universidades, aos que claudicaram perante os argumentos niilistas, da vidinha útil, do casa-trânsito-trabalho-trânsito-casa, aos que deixaram de ser atropelados por ideias apaixonantes e inúteis, aos que consomem uma comunicação social e redes sociais assentes na invidía e no ódio, na mentira polémica, na masturbação do Eu, Eu, Eu e do *voyeurismo* restam apenas duas palavras: Obrigado, jovens.



DUALGO



de trabalho

Na Agência **Valor T**, apoiamos talentos e competências, e trabalhamos oportunidades para pessoas e empresas que querem fazer a diferença. Conheça a **Valor T**, uma agência de emprego ao serviço das pessoas com deficiência. Descubra os nossos talentos e partilhe connosco as necessidades da sua empresa.

Inscreeva-se em valort.scml.pt

Simone Fragoso • 40 Anos • Professora de Natação

SAMUEL ALEMÃO ENTREVISTA

**GONÇALO FOLGADO
TODA A GENTE, QUANDO
CHAMADA A PARTICIPAR
SOBRE O QUE LHE INTERESSA,
TEM INTERVENÇÃO VÁLIDA**





A

Arquitecto com pós-graduação em urbanismo, Gonçalo Folgado é um dos mais destacados activistas da vida comunitária em Lisboa. Aos 36 anos, evidencia-se na dinamização de processos de mudança a nível local na capital. Um percurso iniciado ainda enquanto estudante da Faculdade de Arquitectura, ao idealizar a requalificação do vizinho Bairro 2 de Maio, na Ajuda. Move-o a firme crença na capacidade de transformação social pela junção de esforços e através da participação cidadã. Que não tem de se cingir a territórios "carenciados", diz. Haja vontade, tudo se consegue, poderia ser o seu lema e o da associação Locals Approach, de que é um dos fundadores.

Fazendo uma pesquisa não exaustiva sobre vida comunitária em Lisboa e projectos de base, o teu nome surge recorrentemente. Percebe-se que és uma pessoa bastante envolvida com a comunidade. Como é que isto começou? Donde vem este interesse?

Foi uma "pancada" que me deu aqui na faculdade com outros colegas, quando começámos a explorar grandes arquitectos, grandes planos de urbanismo, a ter contacto com o estado da arte desta profissão. Deparas-te com o sítio onde estás a estudar, que é um campus universitário com um plano inacabado e com as fronteiras por trabalhar, com território completamente fragmentado. Isto em 2009/2010, quando começámos a ter alguma tomada de consciência sobre a coisa. Na verdade, isto até vem um pouco de antes, de 2008, quando me meto numa campanha autárquica, pelo PS, e decido que quero ver como é isto. É que estar sempre de fora a mandar bitaites e a dizer "eu fazia assim e assado"...Passei a ver como eram as coisas e a ouvir as propostas. Foi aquela coisa um bocado inocente de miúdo, disse para mim "Isto é fixe, isto faz sentido". Queria ir mais a fundo na coisa.

Depois, na faculdade, tenho aqui uma série de cadeiras optativas, com uma série de professores, que me levaram a ter um olhar diferente. Isso também aconteceu com os meus colegas e começámos a ficar mais questionantes sobre o que é fazer arquitectura, sobre o que é produzir território. Essas dúvidas vêm ao de cima e deu-nos literalmente na cabeça para saltarmos aqui para o bairro da frente, para o Bairro 2 de Maio, a oferecer serviços aos moradores.

Chegámos lá, dissemos-lhes: "Malta, gostaríamos de fazer aqui qualquer coisa". O pessoal do bairro disse: "estes gajos são malucos". Aparece-te ali um grupo de três ou quatro gajos vindos do nada, da faculdade da frente, a dizerem que querem fazer coisas...Tivemos o apoio, numa primeira fase, do Mariano, um líder da comunidade cigana do 2 de Maio, que nos disse: "Bora, vamos a isso! Vamos ver o que é que estes gajos querem fazer".

O que é que vocês começaram a fazer no bairro?

A primeira coisa foi perguntar "em que é que vos podemos ser úteis?". Passou aquela fase em que eles perceberam "estes tipos são para confiar". Passada essa fase, viemos para a faculdade, viemos chorar aqui ao gabinete da professora Isabel Raposo e dizer-lhe "professora, vamos fazer qualquer coisa no bairro aqui ao lado". Ela perguntou-nos qual era nossa ideia e nós dissemos-lhe que íamos com uma ideia X, mas agora temos outras...(risos)...Se calhar, o que era importante, disse ela, era fazer um diagnóstico a sério. Disse-nos para montarmos o nosso caso e fazer uma apresentação a alunos internacionais de um programa de mestrado em Ordenamento do Território, juntando várias especialidades. Fizemos a apresentação, eles gostaram da ideia e vieram connosco para o território.

Então, o primeiro momento da intervenção passa pelo diagnóstico, é aí que tu aprendes uma lição interessante, que é: a partir do momento em que tu estás a diagnosticar, já está a fazer qualquer coisa. Fizemos um relatório urbano com muita categoria, que nos permitiu olhar para o bairro através de outras perspectivas que não só aquela lente pela qual íamos formatados enquanto arquitectos e urbanistas.

E o que é que produziram, concretamente?

Este diagnóstico. Um grupo estava a trabalhar sobre as lojas do bairro, outro estava a trabalhar sobre o espaço público, outros sobre a história, outro sobre o enquadramento dos

planos de urbanização para esta zona que ficaram na gaveta.
Quais foram as principais carências que encontraram no bairro?

A falta de espaços comunitários era logo daquelas que saltava à vista. Não havia aqui equipamentos para os miúdos ou para os idosos. Faltavam estruturas básicas de apoio à comunidade. Agora, está com falta de comércio, é um facto. Era também a falta de qualificação do espaço público e o sentimento de abandono que as pessoas tinham em relação a tudo o resto. Uma das queixas que mais faziam era "nunca aparecemos no boletim da Gebalis!".

A visibilidade...

Mais do que a visibilidade, é a tua autoestima. A autoestima de pertencer a este sítio e este sítio não ser reconhecido por outros por ser um sítio óptimo. Costumo dizer que o 2 de Maio é dos sítios bonitos do mundo.

E depois, o que é que fizeram com o diagnóstico?

Começámos a congregar as entidades que trabalhavam no território, associações com fins sociais, a junta de freguesia, a associação de moradores, a faculdade de arquitectura, o nosso grupo informal - constituímo-nos como um grupo informal, não queríamos fazer isto ao abrigo de uma cadeira da faculdade, mas queríamos estar ao mesmo nível que os outros à mesa. Por acaso, é engraçado estar a recordar isso agora, pois, na altura, estávamos a tomar os passos totalmente por impulso. (risos)

Começámos a codesenhar um plano de acção para o bairro. Um plano de acção local, que tinha sete eixos. Eram as hortas urbanas, os animais, o espaço público, os equipamentos... Tínhamos assim um plano de acção bastante ambicioso. Não tínhamos forma sequer de executar aquilo. Mas pensámos "Bora fazer!". Um dia, venho aqui à faculdade de arquitectura, a convite do professor Gorjão Jorge, apresentar o trabalho que estávamos a fazer. Na altura, estava o arquitecto Miguel Brito, que era director de departamento responsável pelo programa BIP/ZIP da Câmara Municipal de Lisboa, que nos diz assim: "Olhem, vocês têm uma candidatura. Isto é um projecto. Vocês façam o favor de se candidatar. É fácil". Quando começámos a fazer o formulário...então e agora? E nós dissemos "vamos, sigal!". Tivemos apoio aqui da faculdade. E, a partir daí, a malta começa a acreditar, porque, até aí, a malta do bairro acarinhava-nos por sermos muito simpáticos e afáveis e por termos uma maluqueira saudável. Mas eles diziam-nos "Vocês estão a perder tempo aqui, isto aqui não se passa nada. Não vai acontecer nada". A partir do momento em que começam a ver as coisas a acontecer...ui! "Final é possível", pensaram. E fizemos um conjunto de intervenções ainda bastante alargado e diversificado.

Foi aí que surgiu a Locals Approach?

A Locals Approach surge a partir daqui. Porque nós, enquanto grupo informal, começámos a perceber que a nossa intervenção no projecto...não éramos meros operacionais, estávamos a fazer gestão de projecto. Então, pensámos em levar as coisas a sério e vamos formar a Locals Approach.

Foi neste processo que percebeste que o engajamento comunitário não é uma coisa algo teórica, mas pode ser posto em prática, tendo resultados efectivos...

Sim, completamente, completamente. Em campanhas eleitorais, estás no campo da utopia. Quando ganhas, podes implementar. Quando perdes, também podes implementar, mas também estás sempre cativo...

A partir desse momento, saltaste para outras etapas, foste avançando nessa propensão de cariz comunitário, de trabalho de base, colaborativo...

Mais do que comunitário e colaborativo, vejo isto tudo como uma forma integrada de se trabalhar os diferentes sistemas que compõem o território. Neste caso, a cidade, mas pode ser também meio rural. Mas existem redes e sistemas urbanos que se cruzam e que se confrontam diariamente. A habitação com a saúde, a saúde com o emprego, o emprego com o transporte, este com a habitação e o ambiente. Portanto, todas estas dimensões estão em contacto directo.

Enquanto urbanista, este é o grande desafio, perceberes como é que ligas os inputs com os outputs e conseguir conciliar tudo isto de uma forma bastante integrada. E foi esse o



Gonçalo Folgado fotografado no Bairro 2 de Maio, onde tudo começou

trabalho que percebemos que estávamos a fazer e que, com o input da comunidade, exponencias os teus impactos de uma forma cavalara. Porque é aqui que entram as inteligências colectivas. A miríade de soluções que se ganham ao estares a fazer isto. É altamente transformador.

Isso é o que tens sentido em todas as intervenções que tens feito na cidade?

Claro. Em todas, independentemente do tipo de público com que se trabalha. Seja um público com maior fragilidade sócio-económica, seja um público mais abastado e estabelecido, seja um público de classe média. Todas as pessoas, quando são chamadas à participação, e quando é algo que as interessa e que lhes retém a atenção, têm intervenção válida e capaz. Muitas vezes, os técnicos, por via de alguns pruridos ou anti-corpos que tenham em relação a outras questões - seja alguma insegurança das pessoas ou algo do género...mesmo assim, as pessoas trazem-nos sumo. Agora, cabe-nos a nós, enquanto técnicos, também entender o que se consegue extrair e onde é que se vai colocar. Também não podemos ficar reféns da participação, porque, caso contrário, perdes o fio à meada, porque há uma gestão de expectativas, há uma gestão de orçamento, da própria legislação.

Achas que, nesse aspecto, a nossa sociedade, e em particular em Lisboa, está muito mais madura do que estava há dez anos?

Naturalmente. E aqui a Helena Roseta é uma peça chave neste puzzle. De cada vez que falo com ela, digo-lhe que, se não fosse ela, não sabia o que andava a fazer da vida. Do ponto de vista profissional, tenho tido uma sorte tremenda, porque me tenho cruzado com as pessoas certas na altura certa.

Mas a Helena Roseta...

Ela é fundamental por causa do BIP/ZIP. Ela inventa o BIP/ZIP do nada, com uma verba mínima, de uma inteligência financeira e emocional, que tomara eu um dia ter um décimo do que aquela senhora sabe neste momento. E transforma a cidade, transformando os seus actores, emancipando muitas das lideranças comunitárias. E também é reinventar a forma como se produz território. É claro que tudo isto já foi ensaiado no SAAL, em vários pontos do país, mas, na verdade, o programa BIP/ZIP é dos mais transformadores.

Isto em simultâneo com o Orçamento Participativo de Lisboa.

Sim...Em relação ao OP...

Tens uma visão algo distinta...



TUDO QUANTO SEJAM FORMAS DE PARTICIPAÇÃO É BEM VINDO. TÊM É QUE SER ESTRUTURADAS E CONCERTADAS ENTRE SI

”

Tenho um visão... não lhe quero chamar distinta. Nenhuma ferramenta se sobrepõe a outra, trabalham todas em uníssono. Acho que tudo quanto sejam ferramentas de participação são ferramentas que não fazem aqui uma sobreposição, mas trabalham todas no mesmo leque. É como se fossem aquelas caixinhas de ferramentas que o canalizador leva lá a casa. Mas o OP, por não dar ao cidadão a possibilidade de implementar o projecto, acaba por ser um pouco mais limitado nesse sentido. O que também abre a possibilidade para os cidadãos que não querem implementar projectos, mas querem contribuir com ideais, também o possam fazer.

Tudo quanto sejam formas de participação é bem vindo. Têm é que ser estruturadas e concertadas entre si. E é aí que talvez eu possa ser um pouco mais crítico. Temos um conjunto de programas que não é assim tão vasto quanto isso, mas que, às vezes, não comunica tanto quanto deveria. E eu ainda poderia ser mais crítico - e eu aí, sim, sou bastante feroz, independentemente das cores políticas que lá estejam.

E porquê? Porque temos muito pouco investimento para programas, para implementar este tipo de soluções, que só por esta valência comunitária e das componentes relacionais, interpessoais, já valem a pena. Se agora me aparecesse aqui

um indivíduo de fato e gravata e com uma folha Excel, eu, ainda assim, optaria sempre pela participação por esta via. O ganho que isto traz para a inteligência colectiva para a resolução de problemas... caramba, falamos em smart cities e em aplicações... Andamos todos aqui com este discurso todo inglesado...

Achas que há um discurso formatado sobre o futuro das cidades?

Claro! Claro. O Alain Bourdin fala de uma coisa que são as línguas de madeira. Que é quando as palavras começam a ganhar um sentido que... Veja-se, depois: "sustentabilidade"... Já ninguém apanha com sustentabilidade.

Achas que a participação pode também converter-se numa "língua de madeira"?

Pode acontecer, sim. Espero que não caia nisso. Sou um optimista por natureza e acho que, com o "hype" que a participação começa a ter neste momento, é altura daqueles que estão no sector se consigam congregar entre si e não ver a coisa como concorrência. Todas as organizações que apareçam por esse Portugal fora e em Lisboa são, à partida, parceiros. Nunca concorrentes.

Mas o que é que se pode fazer para que a participação não se converta num chavão?

Primeiro que tudo, tem que ser uma coisa que não é ideológica. A participação é uma ferramenta.

Fala-se muito da participação dos cidadãos. Ao mesmo tempo, as redes sociais têm uma preponderância muito grande na sociedade. Não há aqui, por vezes, um atrito muito grande em relação ao processo de tomada de decisão sobre um problema concreto num bairro? É que se todos começam a dar as suas opiniões...

É daí que o processo tem que ser estruturado. A informalidade tem sido uma das minhas marcas de actuação...

Há muita gente a fazer barulho. Isso não causa entropia?

Causa... (risos)... Mas a entropia é uma coisa má? Às vezes, é bom termos alguma entropia, com um choquezinho antes de pensarmos. Agora, quando a entropia se sobrepõe a tudo o resto, aí sim entramos no caos e na anarquia e isso não é bom. Por isso é que os processos de participação têm de ser aprofundados, têm de ser estruturados e terem continuidade, que é uma das questões que é bastante crítica num processo de engajamento comunitário. Os processos não podem morrer a meio, se não há uma quebra de confiança.

E isso tem acontecido em Lisboa?

Parcialmente, em alguns casos, sim. Quando tens organizações que estão a trabalhar e, depois, não têm financiamento para continuar trabalhos que são altamente impactantes, meritórios e estão a construir um fito relacional com as comunidades em que se inserem, isto quebra a confiança.

Há subfinanciamento nesta área?

Há subfinanciamento, sim. Vamos olhar para aquilo que têm sido as fatias do orçamento municipal, nos últimos anos. Estamos a falar de uma câmara que tem cerca de mil milhões de euros de orçamento anual. Um milhão e qualquer coisa para o BIP/ZIP, parece-me a mim que é escasso. Estamos a falar de um terço dos habitantes da cidade de Lisboa, são cerca de 150 mil pessoas que estão em território BIP/ZIP, num universo de 500 mil pessoas no universo da cidade. Uma mancha territorial de 67 bairros, dois quilómetros e meio quadrados. Um milhão de euros em mil parece-me manifestamente escasso.

De facto, um milhão do orçamento municipal para isto, tendo em conta o impacto que tem, parece muito pouco.

Qual a leitura que fazes disto?

A culpa é vossa, dos jornalistas! (risos). A liberdade de expressão é, quanto a mim, o pilar basilar de qualquer democracia. É a partir da comunicação e da disseminação de ideias que se gera sentido. E quando tu tens uma sociedade que está doutrinação para reality shows, futebol e para tudo e mais um par de botas, menos o que é mais importante, que não tem uma lente focada para estas questões, é normal que o assunto caia no esquecimento. Não quero com isto dizer que agora, de repente, a malta tenha de deixar de ir à bola...

Achas que há uma dessensibilização da sociedade em relação à pobreza?

Em relação à participação. Porque depois há outra questão, que é a de se associar a participação à pobreza. E esse, sim, é um problema que nós temos.

Achas que é um estigma?

Acho, sim. Porque gostava de ter linhas de apoio a iniciativas também em territórios abastados. Conheces o BIP/ZIP por ser para zonas de intervenção prioritária. Então, e o "negativo" do BIP/ZIP também não podia ser trabalhado sob a égide da democracia participativa, com o envolvimento dos cidadãos, das empresas, das associações, naquilo que é o co-desenho e co-criação de soluções para a cidade? Então, se eu não morar em território BIP/ZIP também não tenho direito? Claro que tenho.

Mas quem decide o BIP/ZIP é o poder político.

É o poder político a partir de um conjunto de estudos que faz. Surge a partir da conjugação de indicadores sócio-urbanísticos, ambientais e económicos. E aí foi-se às franjas mais fragilizadas. São as mais pobres, naturalmente. No entanto, o exercício da democracia participativa não se pode esgotar só nesses territórios. Porque a ideia é integrar estes territórios na sua malha urbana envolvente. E não é só de um ponto de vista físico, é também de um ponto de vista social.

BEATRIZ VALENTE, JOANA OLIVEIRA E CAROLINA VALADÃO TEXTO E FOTOGRAFIA

AULAS DE ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS CRIAM COMUNIDADE NA ALTA DE LISBOA

Em 2019, Portugal apresentava uma das taxas mais elevadas de analfabetismo da Europa, com meio milhão de pessoas adultas a não saberem ler nem escrever. Bairros como o da Musgueira, na Alta de Lisboa, têm dado os primeiros passos para alargar a literacia na sua comunidade. O Artéria foi assistir às aulas onde, depois de saírem do trabalho, adultos se empenham na aprendizagem da leitura e da escrita da língua que falam desde sempre

O professor faz a ronda pela sala onde as alunas, de cabeça baixa, se concentram nas fichas de trabalho que se empilham nas suas secretárias. Apenas se ouve o som dos lápis novos a riscar o papel, traçando as letras das palavras começadas por "A" e repetindo o processo vezes sem conta, até lhes ficarem presas na memória muscular da mão direita. O silêncio sublinha a concentração. Enquanto os olhos analisam as páginas familiares dos exercícios dos livros da primeira classe, ocasionalmente ouve-se o soletrar abafado de um obstáculo inesperado: "um 'a', um 'e', um 'rê'" ... Helena Costa tenta ler "Astronauta". Guia-se pela ponta do dedo, vai juntando as sílabas e acaba por pedir ajuda ao professor Lourenço, que lhe relembra o abecedário.

Todas as quartas-feiras, há uma nova lição. Sentada à secretária, na sua cadeira habitual, Maria Carmem remexe no saco de plástico que improvisa como mochila da escola. Trouxe tudo o que o professor pediu: o lápis, a borracha e um caderno de folhas pautadas que vem já escrito de tempos antigos; uma lembrança das primeiras aulas de alfabetização que frequentou. Folheia as páginas e, de vez em quando, prende-se com orgulho num parágrafo marcado com um "certo" pelo velho professor ou na caligrafia cuidada com que escrevia várias vezes o primeiro e último nome. No topo de cada folha, a data manuscrita, que remonta para o ano de 2008.

"Se tivéssemos continuado as aulas, já tínhamos aprendido a ler", diz, em jeito de queixa, Maria Carmem. É com 88 anos que a encontramos a retomar a sua educação. Durante muito tempo, trabalhou na feira de Benfica, a apregoar a

fruta e os legumes, fazendo as contas do troco na cabeça. Não aprendeu a ler, mas conhece bem os números, e diz que, enquanto lá trabalhava, nunca se enganou na soma das receitas. "Não há melhor contabilista que um vendedor ambulante", brinca.

Não é por coincidência que as mulheres que se sentam na sala multissos da sede da Associação de Residentes da Alta do Lumiar (ARAL), ali frequentando as suas aulas de alfabetização, já sabem escrever o nome e algumas palavras elementares. Há já 14 anos, juntavam-se na mesma disposição, de mesas viradas para os professores-voluntários. Nessa altura, uma turma com cerca de dez alunos, todos residentes da Alta de Lisboa, foi dissolvida por falta de investimento.

Quando quase não se via luz ao fundo do túnel para as estudantes que viram as aulas interrompidas, sem outra opção senão voltar às suas vidas rotineiras, tendo perdido muito do progresso conseguido aos poucos por falta de prática, José Almeida, um dos fundadores da ARAL, apresentou o atual projeto de alfabetização à Câmara Municipal de Lisboa.

Criado na Musgueira, José viu o bairro crescer, agregar vários núcleos e tornar-se uma pequena cidade, ao mesmo tempo que abrigava pessoas de todo o tipo de origens e condições socioeconómicas. Aos seus olhos, a intervenção do Estado em apoio social e o investimento em organizações para estes fins eram parcos. Um forte sentimento de dever para com a sua comunidade fê-lo, por isso, fundar a Associação de Residentes da Alta do Lumiar, com a ajuda de outros tantos interessados.

"A partir daí, fomos desenhando projetos", explica, "sempre muito nesta lógica de que, sempre que nos apresentavam uma situação que parecia impossível, nós desconfiávamos". Atualmente, a associação conta com uma rede de voluntários empenhados nos diferentes programas oferecidos. Desde o judo para os mais jovens, às aulas de literacia informática destinadas a idosos, o intuito passa sempre pelo auxílio da comunidade.

Se a pandemia viu um agravamento das condições de vida das camadas sociais mais fragilizadas, piorou em muito o isolamento de pessoas analfabetas que, deparando-se com informação pertinente para as suas saúde e segurança, não tinham forma de a interpretar. "É o poder estar incluído ou excluído da sociedade", frisa José Almeida sobre a importância das aulas de alfabetização.

Durante o período de confinamento, uma onda de pedidos de ajuda foi chegando à associação: "Identificámos um conjunto de cidadãos que tinham dificuldade em ler e escrever. Nestes bairros, existem muitos idosos que, por uma razão ou outra, não estudaram ou não completaram os estudos e, portanto, aquilo que sabem em termos de leitura e escrita é muito pouco".

Só na Alta de Lisboa, entre quem passou por processo de realojamento e contactou com a ARAL no âmbito dos seus projetos, o fundador estima que pelo menos 10% da população se encontrará em níveis variantes de analfabetismo. A realidade nacional é um pouco mais sorridente, embora, em 2019, Portugal se encontrasse ainda na cauda da Europa

TALENTO



O DESPORTO TEM TODO O NOSSO APOIO.

Ser o maior patrocinador do desporto em Portugal é apoiar o TALENTO e os grandes eventos desportivos nacionais. É promover a conciliação do desporto com a vida académica. É ir mais além em cada modalidade patrocinada, apoiar as nossas seleções, fazer crescer as competições nacionais, valorizar o desporto feminino e desenvolver o desporto adaptado. É fazer do desporto um fator de integração social.

Porque, para os Jogos Santa Casa, o Desporto é para Todos.

Apoiamos
Comités Olímpico e Paralímpico
17 Federações Desportivas
+ de 100 Seleções Nacionais

Atribuimos
+ de 325 Bolsas de Educação,
no valor de mais de 922 mil euros

www.jogossantacasa.pt